UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROP
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

MARIA DO SOCORRO GOMES DA SILVA

A CRIANÇA NEGRA NO ROMANCE MACHADIANO:
Acepções de personalidade

MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

Teresina
2013

MARIA DO SOCORRO GOMES DA SILVA

A CRIANÇA NEGRA NO ROMANCE MACHADIANO:

Acepções de personalidade

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Letras. Área de concentração: Literatura, Memória e Cultura, sob a orientação da Profa. Dra. Raimunda Celestina Mendes da Silva

Teresina

2013

MARIA DO SOCORRO GOMES DA SILVA

A CRIANÇA NEGRA NO ROMANCE MACHADIANO:
Acepções de personalidade

Esta dissertação foi defendida às ....., do dia ..... de ..... de ....., como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Piauí. A candidata apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho ..... (aprovado, aprovado com restrições, reprovado).

_____

Profa. Dra. Raimunda Celestina Mendes da Silva – UESPI
Presidente

_____

Prof. Dr. Alcione Alves Corrêa – UFPI
1º Examinador

_____

Prof. Dr. Élio Ferreira de Souza – UESPI
2º Examinador

_____

Prof. Dr. Fabrício Flores Fernandes – UESPI
Suplente

Visto da Coordenação:

_____

Prof. Dr. Feliciano José Bezerra Filho
Coordenador do Mestrado Acadêmico em Letras

Às duas maiores razões da minha existência:

D. Rosa, meu porto seguro, e

Ana Beatriz, meu divisor de águas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque sem Ele nada disso seria real;

À minha querida orientadora, profa. Dra. Raimunda Celestina, por sua palavra de incentivo e confiança no meu trabalho;

À UESPI, minha segunda casa, porque é assim que eu a sinto;

À querida professora Joselita, minha inesquecível *JÔ,* o início de tudo;

À coordenação do mestrado, especialmente ao prof. Dr. Feliciano, por sempre se preocupar com a nossa felicidade;

A todos os professores do mestrado, pela dedicação e paciência, por serem verdadeiros educadores;

Ao prof. Dr. Alcebíades Filho, padrinho, amigo e incentivador de minha carreira;

Ao comte. Gervásio e D. Conceição, mais que patrões, amigos que sempre me incentivaram e acreditaram em mim;

À professora Ana Cléia, pela tradução do resumo para o espanhol e pelo coleguismo;

À minha família que, direta ou indiretamente, sempre me incentivou;

Ao, Ramon, que sempre esteve me apoiando e incentivando, desde o começo dessa caminhada. Obrigada, meu amor!

A todos os colegas da turma, juntos nesta caminhada precursora;

A três colegas especiais de todas as horas: Jurema, Dheiky e Virgínia, juntos compartilhando dúvidas, apoiando e, às vezes, sendo ombro amigo;

A todos os meus amigos, que sempre torceram por mim;

Aos meus queridos alunos que torcem por mim.

“A imaginação foi a companheira de toda a minha existência, viva, rápida, inquieta, alguma vez tímida e amiga de empacar, as mais delas, capaz de engolir campanhas e campanhas, correndo...”

Machado de Assis

RESUMO

O presente trabalho extraiu subsídios da obra machadiana para analisar duas de suas personagens: Raimundo e Prudêncio, ambos foram crianças que cresceram como escravos, mas relacionavam-se de formas diferentes com seus respectivos senhores. Raimundo, personagem de *Iaiá Garcia*, mantinha com Garcia, seu senhor, uma relação irmana, fraternal, quase filial. Os dois mantiveram esse laço até que a morte do segundo os separou. Já Prudêncio, de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, vivenciou uma relação de dor e humilhação, pois para Brás Cubas aquele representava apenas sua "besta" de brinquedo. Analisando o tratamento que estas personagens receberam na infância e, posteriormente, a personalidade que ambas adquiriram na fase adulta, surge a ideia de se trabalhar um aspecto inovador na obra machadiana: as acepções de personalidades de duas crianças negras cativas. Assim, o estudo pretende identificar o processo de formação da personalidade de duas crianças negras na produção literária de Machado de Assis e apontar as razões que determinam os aspectos dissemelhantes e semelhantes dessas personalidades dentro do contexto histórico-social em que estão inseridas.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Criança negra. Escravidão. Personalidade.

RESUMEN

Este estudio buscó extraer subsídios de la obra de Machado de Assis para el análise de dos de sus personajes: Raimundo y Prudencio, ambos eran niños que crecieron como esclavos, pero se relacionaban de distintas maneras con sus amos. Raimundo, personaje de Iaiá Garcia, tenía una relación fraternal, casi filial. Los dos mantuvieron este lazo hasta que la muerte del segundo los separó. Ya Prudencio, de Memorias póstumas de Brás Cubas, experimentó una relación de dolor y humillación, visto que Brás Cubas representaba solamente una "bestia" de juguete. Analizando el tratamiento que estos personajes recibieron en la niñez y, más tarde, la personalidad que ambas adquirieron en la edad adulta, surge la idea de explotar, trabajar un aspecto innovador en la obra de Machado de Assis: el significado de la personalidad de dos niños negros cautivos. Así, el estudio tiene como objetivo identificar el proceso de formación de la personalidad de dos niños negros en la producción literaria de Machado de Assis y señalar las razones que determinan los aspectos similares y diferentes de estas personalidades en el contexto socio-histórico en el que están insertados.

Palabras-clave: Literatura brasileña. Niño negra. Esclavitud. Personalidad.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....9
2 O COSMOPOLITA MACHADO DE ASSIS: amadurecimento literário e fortuna crítica.....13
2.1 O problema das fases.....14
2.2 Os ini(a)migos de Machado de Assis.....16
2.3 Progressão do romance machadiano.....23
2.4 O autor e sua obra: absenteísmo ou participação?.....27
3 TRÁFICO NEGREIRO, ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO: entre a história e a ficção.....34
3.1 O escravismo no Brasil.....34
3.2 O escravismo infantil no Brasil.....46
4 A ESCRITA AFRODESCENDENTE.....51
4.1 Compreendendo a literatura afro-brasileira.....51
4.2 Representação do negro como estereótipo.....54
4.3 O negro como sujeito.....59
5 A CRIANÇA NEGRA NA OBRA MACHADIANA.....66
5.1 Em *Iaiá Garcia*: aparente submissão.....67
5.2 Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*: crueldade e revolta.....71
5.3 Perspectivas comportamentais de Raimundo e Prudêncio.....76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....82
REFERÊNCIAS.....84

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a obra machadiana é revisitada constantemente, além de ser objeto de estudo em diversas publicações. Entretanto, é visível seu refinamento construtivo e devido a esse aspecto, ela está propensa, a cada leitura, a adquirir novos significados. Isso é possível, pois a mesma apresenta, continuamente, um caráter provocador que desafia seus leitores a elaborarem novas interpretações e buscarem novas temáticas.

Acreditando nessa premissa, opta-se por se analisar um aspecto recente acerca da obra machadiana, na tentativa de despertar o interesse de pesquisadores da literatura contemporânea, especialmente de estudiosos da área de humanas. Assim, constitui-se este trabalho em torno do tema: **A criança negra no romance machadiano: acepções de personalidade**.

A análise centralizou o estudo em duas obras, bastante significativas da produção literária desse autor: *Iaiá Garcia* (1876) e *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). Entretanto, foi usado como material de apoio alguns contos e crônicas do autor, além dos romances: *Ressurreição*, *A mão e a luva* e *Helena*. Em *Iaiá Garcia* encontra-se a primeira personagem negra a ser analisada: Raimundo, um africano de cinquenta anos, que chega ao Brasil através do tráfico de escravos, ainda criança. Já em *Memórias póstumas de Brás Cubas,* a personagem é Prudêncio, a outra criança cativa que será objeto de estudo. Ao contrário da primeira, esta foi uma vítima mais explícita da violência de seu senhor.

Embora se encontrem em contextos distintos, as duas obras apresentam personagens que vivenciaram os traumas e condicionamentos resultantes de uma sociedade escravista. As consequências dessas experiências são refletidas na personalidade de cada personagem aqui analisada e esse será o objetivo principal da referida pesquisa. O interesse por essa temática se deve a dois motivos: o primeiro está ligado ao contexto histórico que permeia a escrita da primeira obra. Em *Iaiá Garcia* é perceptível a progressão da escrita machadiana. O romance foi ambientado em contexto político decisivo da história do Brasil, como bem frisou Sidney Chalhoub (2003, p. 71):

> Em *Iaiá Garcia*, os acontecimentos se desenrolam em momentos políticos decisivos, e seria possível demonstrar a hipótese de que há no romance uma história exposta ou escrita por meio do movimento das personagens, ou das relações que se tecem entre personagens ao longo do tempo (as ações começam em 1866 e vão até precisamente setembro de 1871).

Chalhoub (2003, ibidem, p. 138-139) explica o registro feito acima, isto é, o desenrolar da guerra do Paraguai, o afastamento de Jorge a pretexto de que lutaria pelo Brasil, mas que no fundo escondia o conflito social familiar vivido pela mãe Valéria e justifica a mudança da visão crítica de Machado de Assis e a força da denúncia contida no romance *Iaiá Garcia* e que segue nos posteriores a este:

> Machado não podia supor que estaria, poucos anos depois, profundamente envolvido na aplicação cotidiana da lei de 28 de setembro. Em 1873, Machado tornou-se funcionário do Ministério da Agricultura; a partir de meados de 1876, passou a chefiar a seção desse ministério encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei de emancipação. O romancista formou-se e transformou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência do funcionário público e do cidadão. De fato, é possível até mesmo investigar as relações entre a experiência do funcionário e a famosa virada narrativa do romancista, ocorrida entre 1878 e 1881, ou entre *Iaiá Garcia* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Essa perspectiva da denúncia, especialmente aquela relacionada ao sistema escravista, que se encontra nos romances a partir de 1876, marcam uma mudança no pensamento do autor, refletida não só na sua vida literária, mas também na sua vida pública, como funcionário de órgão federal. Para tanto, se buscou, no presente texto, dedicar alguns itens para melhor explorar esse tema.

O segundo fator relaciona-se diretamente às personagens que se pretende analisar nas obras centrais deste estudo: Raimundo e Prudêncio, cativos que, na infância e, posteriormente, na fase adulta, mantêm relações antagônicas com seus senhores. Na infância de Raimundo e Garcia, seu senhor, o relacionamento era caracterizado pela harmonia: “Raimundo, nove anos mais velho que o senhor, carregara-o ao colo e amava-o como se fora seu filho” (ASSIS, 1994, p. 14). Já entre Prudêncio e Brás Cubas o relacionamento era pautado na dor, no castigo e na humilhação: “Prudêncio, um moleque de

casa, era meu cavalo de todos os dias; [...] – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra ou quando muito, um ‘ai, nhonhô!” (ASSIS, 2010, p. 34). Pretende-se buscar respostas para os seguintes questionamentos: até que ponto as vivências da infância influenciaram o comportamento de ambos na fase adulta? Como as políticas de dominação vigentes da sociedade escravocrata, do século XIX, estão representadas nas relações estabelecidas entre esses cativos e seus senhores?

Para tal, usou-se como metodologia para a investigação do objeto de estudo, três momentos: primeiro, fez-se um levantamento bibliográfico, subsídio necessário para escrever sobre o processo escravista ocorrido no Brasil; segundo, elencou-se textos da crítica literária para esclarecer o processo de constituição da personagem ficcional no romance e da própria produção literária do autor; no terceiro momento, a investigação volta-se para análise das obras *corpus* da pesquisa.

O trabalho, no segundo capítulo, tem como objetivo específico apresentar o “cosmopolita” Machado de Assis, sua produção literária e o problema das fases de sua escrita. Nesse capítulo, o leitor ficará sabendo, ainda, o que a crítica escreveu a respeito da produção machadiana sob a ótica de três críticos contemporâneos seu: José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero. As duas seções finais discursarão a visível progressão da obra machadiana e o seu possível absentismo social.

O terceiro capítulo, intitulado *Tráfico negreiro, escravidão e abolição,* busca fazer um resumo da pesquisa feita acerca da escravidão no Brasil e destina uma subcapítulo à escravidão infantil.

O quarto capítulo destina-se a abordar o tema *escrita afrodescendente* e tentará explicitar a diferença entre a literatura e a literatura afrodescendente, além de explicar sobre a representação do negro como um estereótipo e a escrita do negro como sujeito.

O quinto capítulo, *A criança negra no romance machadiano,* objetiva analisar a criança cativa nos dois romances estudados: *Iaiá Garcia* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*, além de apontar possíveis perspectivas comportamentais das duas personagens analisadas nessas obras. Raimundo é a personagem estudada em *Iaiá Garcia* e Prudêncio a personagem de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Nas Considerações finais fez-se um levantamento dos objetivos alcançados com o presente trabalho e embora o saldo ainda tenha sido o almejado, percebeu-se que o trabalho pode contribuir para uma pesquisa mais aprofundada sobre a temática em questão: a criança negra na obra machadiana.

2 O COSMOPOLITA MACHADO DE ASSIS: amadurecimento literário e fortuna crítica

Quando Joaquim Maria Machado de Assis nasceu, o Rio de Janeiro, sua terra natal, mostrava-se ambiciosamente cosmopolita. A experiência europeia mostrava-se por meio da poesia nas publicações da revista Niterói (1836) e, também do mesmo ano, a publicação dos *Suspiros poéticos e saudades*, de Gonçalves de Magalhães. A renovação era apregoada, também, nos textos de Garrett e Ferdinand Denis, publicados na *Revista da Sociedade Filomática* (1833), da Faculdade de Direito de São Paulo. É nesse panorama romântico que Machado de Assis vai desenvolver sua arte literária e, por força dos próprios ideais da corrente, estar atento aos acontecimentos mundiais, americanos e brasileiros.

Embora nunca tenha saído do Rio de Janeiro, conforme Magalhães Júnior, Machado de Assis é considerado um cidadão do mundo devido ao seu constante diálogo com obras internacionais. Em Dom Casmurro, por exemplo, romance que fecha o século XIX, Machado de Assis dialoga com os ingleses. No romance, o tema do ciúme estabelece uma relação interessante com a obra shakespeariana. Assim, como em *Otelo*, de Shakespeare, a suposta traição da mulher amada é a causa do ciúme doentio que leva ao fim do relacionamento dos protagonistas. Em *Otelo* um fim trágico e em *Dom Casmurro* a separação definitiva. Para Otelo o lenço de Desdêmona era a peça que provava a traição da mulher. Já para Bento, o retrato do amigo no rosto do próprio filho. Tal temática é objeto de estudo de CALDWELL (2008).

Considerado um dos mais importantes escritores da literatura brasileira, Machado de Assis teve uma origem pobre e vida modesta. Descendente de escravo, viveu na capital do país em uma época em que o preconceito racial não era dissimulado. Entretanto, atravessou toda a estrutura social brasileira, chegou ao jornalismo, ao funcionalismo público e à presidência da Academia Brasileira de Letras (ABL). A ascensão como escritor é gradativa e paralela ao fortalecimento de sua carreira no setor público.

É válido recorrer a dados biográficos para desvendar mais sobre Machado de Assis, visto que uma boa parte da crítica alia seu talento a fatos da vida, na busca de uma justificativa para o estilo, por meio de ecos de sua história pessoal presentes

nos textos. Buscar a essência da obra na vida do artista é entender a arte como mero reflexo. Augusto Meyer (1952, p. 229), acerca disso, explica que

> toda a crítica biográfica pura assenta numa Fé de carvoeiro, na ingênua convicção de que o autor é o fiel reflexo do homem, sem a menor possibilidade de dissociação, mesmo quando não tenha sido inteiramente sincero na obra literária.

O interessante é refletir sobre a produção do autor e não acerca de sua biografia. Talvez isso fosse o desejo de Machado de Assis. Certamente, o jogo entre significante e a construção do significado tenha mais a proporcionar neste desafio constante da relação entre autor, obra e leitor.

Dizer que o escritor cria e pensa sua produção a partir de condicionamentos decorrentes de sua formação é observá-lo pela ótica determinista. Afirmar que a escrita *a palo seco* de Machado se deve à sua história de dificuldades e sofrimentos, à ausência da mãe ou ainda à cor da pele é negar a ideia de que "o poeta é um fingidor". Ficcionista não e historiador.

A obra não pode ser determinada pela história do autor, mas também não é possível negar que o fato de Machado de Assis ter transitado pelas diferentes camadas sociais ganha importância quando se pensa em Brás Cubas. No final dos anos de 1870, o autor era um homem de prestígio: frequentava os grandes salões e conhecia por dentro a classe dominante. Tanto nesse romance como nos seguintes, o autor dá voz plena à elite e, dessa forma, coloca em perspectiva a burguesia nacional. Assim, vida e obra se concatenam.

Percebe-se que buscar vestígios da personalidade do autor ou descobrir sua posição política não é o mais importante em uma análise literária. O objetivo primeiro dessas nuanças deve ser o de investigar de que maneira foram incorporadas a obra. Em relação a isso, o próprio Machado de Assis, em "Instinto de nacionalidade", afirma ser possível o escritor ser de seu tempo e de seu país sem necessariamente marcar seus textos com manchas locais.

2.1 O problema das fases

Deve-se ao crítico José Veríssimo a tão conhecida separação da produção literária de Machado de Assis em duas fases: uma romântica e outra

realista. Para os seguidores da referida teoria, como os autores Alfredo Bosi e Roberto Schwarz, os romances que pertencem à fase romântica são: *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878) e os da fase realista *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), *Dom Casmurro* (1900), *Quincas Borba* (1891), *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908). Acrescenta-se a este grupo, *Casa velha* (1885), romance que, mesmo com data de publicação após o início da segunda fase, é considerado por Lúcia Miguel-Pereira *"não pertencente à melhor maneira do seu autor, nada vem a acrescentar à glória do nosso maior homem de letras"* (2008).

Entretanto, esta divisão não é consenso entre os críticos do autor. Há aqueles que não conseguem visualizar a obra machadiana em dois momentos: um romântico e outro realista. É o caso, por exemplo, do crítico Afrânio Coutinho, que não percebe a obra machadiana em dois momentos, mas sim como uma crescente, rumo ao amadurecimento. A cerca disso, Silviano Santiago (2000, p. 29-30), em "Retórica da verossimilhança", afirma:

> já é tempo de se começar a compreender a obra de Machado de Assis como um todo coerentemente organizado, percebendo que certas estruturas primárias e primeiras se desarticulam e se rearticulam sob forma de estruturas diferentes, mais complexas e mais sofisticadas, à medida que seus textos se sucedem cronologicamente.

Se por um lado a crítica não veicula nenhuma das obras machadianas à estética romântica, pelo fato destas não adotarem uma ideologia (como era de praxe na ficção alencariana) ou porque para o autor não há amor nas relações humanas e sim arranjos perfeitos, casamentos por interesses; por outro lado, é certo afirmar que Machado de Assis também não "bebeu o leite" do Realismo. Isso porque recusou os excessos realistas, atribuiu a narração de *Memórias póstumas de Brás Cubas* a um defunto, desbancou as teorias da medicina se desfazendo do cientificismo que reinava na época, no conto *O alienista*, de *Papéis avulsos.*

Mesmo que não haja esta divisão da obra machadiana em fase romântica e realista, é certo, entretanto, afirmar que há uma divisão em fases literárias. Fato esse reconhecido pelo próprio Machado de Assis quando assume a existência de uma separação em sua produção ao escrever as advertências das reedições de seus primeiros romances. Em *Ressurreição* diz que:

> dado em nova edição, não lhe altero a composição nem o estilo, apenas troco dois ou três vocábulos, e faço tais ou quais convenções de ortografia. Como outros que vieram depois, e alguns contos e novelas de então, pertence à primeira fase de minha vida literária (ASSIS, 1965, p. 31).

De acordo com Machado, primeira e segunda fase, “tudo pode servir a definir a mesma pessoa” (Idem, 1965, 175). Assim, se explica que tenha passado incólume pelo pragmatismo dos ismos. Com sua aposta no caráter propriamente literário de seus escritos, não se contentou em disseminar qualquer ideologia, como se observa nas palavras de Barreto Filho (1947, p. 193):

> na sucessão das correntes literárias, durante esse longo período de atuação nas letras, muitos passaram e foram esquecidos, recompuseram-se os quadros, substituíram-se as escolas, mas o estilo machadiano, como veio único e isolado, as atravessa todas, enriquecendo-se do melhor e recusando o duvidoso.

Num primeiro momento, o objetivo é registrar as críticas atribuídas à obra machadiana por alguns de seus contemporâneos e, em seguida, analisar de forma sucinta alguns romances machadianos para constatar neles uma possível progressão rumo ao amadurecimento ocorrido a partir da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). É interessante esclarecer que a predita análise seguirá a linha temporal de publicação dos romances e a perspectiva de classificação da produção machadiana adotada por Veríssimo. Assim, o ponto de partida será *Ressurreição* (1872), primeiro romance de Machado de Assis, pertencente à fase romântica.

2.2Os ini(a)migos de Machado de Assis

Machado de Assis, antes de ser romancista, desenvolveu a função de crítico literário e acreditava que a missão do crítico era não apenas produzir comentários sobre o que foi escrito, mas também apontar caminhos para os escritores. O autor de *Dom Casmurro* e de tantos outros romances estava certo, entretanto, o papel do crítico literário pode e deve ir além. É função dele, também, descortinar sutilezas que o escritor criativo constrói para possibilitar ao

leitor releituras de uma obra literária. O que seria, por exemplo, da produção literária do próprio Machado sem as mais diversas críticas recebidas, por seus "inimigos" e/ou amigos? São as reflexões acerca de uma determinada obra que levará o leitor à retomada de um conto, de um romance, ou crônica com um olhar mais atento.

A intenção aqui não é aprofundar o tema em questão, mas se valer da importância desses questionamentos para, em uma breve análise, repensar a crítica literária relacionada à escrita machadiana. Em "conversa preliminar" com Josué Montello (1998) catalogou-se uma infinidade de críticos que escreveram sobre a produção literária de Machado de Assis. E só para citar os mais eminentes e contemporâneos do autor: José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero. Depois continuada por: Alceu Amoroso Lima, Plínio Barreto, Humberto Campos, Sérgio Milliet, Agripino Grieco, Oscar Mendes e Álvaro Lins.

Sucintamente, podem-se listar os pontos principais abordados na obra machadiana pelos três primeiros críticos apontados acima, contemporâneos de Machado:

- José Veríssimo – de análise pontual e circunstancial, também dedica um capítulo (o último) de sua *História da literatura brasileira,* ao "escritor que é a mais alta expressão do nosso gênio literário, a mais eminente figura da nossa literatura" (VERÍSSIMO, 1963, p. 304). Devido à relevância de sua escrita, especialmente sobre Machado de Assis, será retomado adiante;
- Araripe Júnior – de análise circunstancial e sistemática, em alguns de seus livros ponderou a respeito das evocações *ethos* nacional (VENTURA, 1991, p. 101) e, posteriormente, ateve-se ao impressionismo crítico e desafios das relações entre os personagens;
- Sílvio Romero – da mesma forma que Araripe Júnior, produziu críticas pontuais e de circunstâncias, entretanto tratou de forma mais intensa o autor e a obra. Com ele, Machado sofre as mais ásperas críticas, inclusive de cunho pessoal. Por esse motivo, será retomado mais à frente para uma reflexão mais profunda.

Um dos críticos, talvez o mais polêmico, da obra machadiana é sem dúvida Sílvio Romero. Entretanto, Machado sempre respondeu com uma

“serenidade superior” (MONTELLO, 1998) que lhe era peculiar. O autor de *Os inimigos de Machado de Assis* aposta que:

> De duas uma: ou teria a consciência de seu alto mérito, já alcançado, ou reconheceria na obra realizada o tirocínio gradativo para tentar alcançar o que talvez lhe fosse inatingível. Mas tudo nos leva a crer que as duas vertentes contribuíram para que ele fosse, por fim, a culminação da literatura brasileira, no fim do século XIX, e no começo do século XX. (MONTELLO, 1998, p. 38)

Para muitos, a polêmica travada entre Sílvio Romero e Machado de Assis teve início quando da publicação, em 1879, do artigo intitulado *A nova geração*, em que Machado de Assis “investido das funções de juiz literário” (MONTELLO, 1998, p. 38) critica o estilo de Sílvio Romero:

> Refiro-me ao estilo, condição indispensável do escritor, indispensável à própria ciência – o estilo que ilumina as páginas de Renan e de Spencer, e que Wallace admira como uma das qualidades de Darwin (ASSIS *apud* CHAVES, 2007, p. 4).

Para Machado, é importante reconhecer o papel primordial que o estilo representa na retórica da crítica, na arte de convencer o leitor. É, de acordo com ele, pela força do discurso que historiadores, cientistas e homens de ideias difundem o pensamento e tentam influenciar os leitores. E se o texto for ficcional, mais indispensável será o estilo. Machado diz, então, claramente que não reconhece em Sílvio Romero essa condição indispensável, ou seja, o estilo.

Porém, a história não é bem essa e Josué Montello esclarece:

> Mas a verdade é outra. A iniciativa da agressão coube a Sílvio Romero, já no tom veemente que lhe é próprio, ao publicar no Recife, em 30 de maio de 1870, o artigo intitulado *“A poesia das Falenas”,* no jornal *Crença*. O próprio Sílvio Romero, nas notas que acompanharam os *Cantos do fim do século*, em 1878, adianta-nos esta advertência: “Nesta crítica ao livro do Sr. Machado de Assis eram combatidos o lirismo, o subjetivismo e o humorismo pretensioso.” (MONTELLO, ibidem, p. 131)

Como se verá, mais adiante, essa “polêmica” prosseguirá. Entretanto, não se pode chamar de polêmica tal afronta, visto que para existir uma polêmica seria necessário no mínimo dois opositores e o que se constata pela

historiografia é que o *"ilustre vate fluminense"* (denominação do próprio Sílvio Romero referindo-se a Machado) nunca usou de sua pena para agredir ou revidar as querelas e opugnações de Sílvio Romero, como constata:

> A despeito dos silêncios de Machado de Assis, ignorando sistematicamente as arguições e agressões de Sílvio Romero, como se tivesse por escopo abrandar-lhe a ira com o seu silêncio, os agravos prosseguiram, mais cáusticos, mais veementes, sem que o mestre fluminense se alterasse. (MONTELLO, ibidem, p. 143)

Isso parece que vai irritar mais ainda o "papa" da crítica brasileira contemporânea. Isso porque, em 1885, nas páginas dos *Estudos de literatura contemporânea* o crítico parece ter um único objetivo: destruir Machado de Assis. Escreve ele:

> O Sr. Machado de Assis simboliza hoje o nosso romantismo velho, caquético. Ele não tem um romance, não tem um volume de poesia que fizesse época, opilado, sem ideias, sem vistas, lantejoulado de pequeninas frases, ensebadas fitas para efeito que assinalasse uma tendência. É um tipo morto antes do tempo na orientação nacional. (ROMERO *apud* MONTELLO, ibidem, p. 143)

E continua, agora, atacando Machado de Assis em suas origens e condições:

> As condições de sua educação, o meio falso em que há vivido explicam o seu acanhamento. Pode iludir e ilude ainda a alguns ignorantes pela palavrosidade dos seus períodos ocos, vazios, retortilhados e nada mais. (ROMERO *apud* MONTELLO, ibidem, p. 144)

Sílvio Romero tem intenção clara de negar Machado de Assis, entretanto dois capítulos do seu livro contradiga isso, pois acaba admitindo a competência de Machado de Assis, como constata Montello:

> [...] se opunha a Araripe Júnior, a propósito da visão do povo brasileiro, segundo a ótica do crítico cearense. A arguição superior, sempre serena, e abalizada, deixa sentir o mestre, na plenitude de seu saber, para voltar, logo depois, à ira tenaz, ao lembrar-se de que, no Rio de Janeiro, José de Alencar havia

> aproximado de Machado de Assis o poeta Castro Alves. (ROMERO, *apud* MOTELLO, ibidem, p. 144)

O crítico, porém, mais à frente parece tentar ponderar sua ira em relação a Machado de Assis e fecha o ensaio afirmando:

> É caso para mandar testemunhas. O melhor é ser franco, e dizer toda a verdade, porque esta não faz mal a ninguém: o Sr. Machado de Assis é um dos nossos três maiores romancistas, um dos nossos melhores prosadores; mas, como poeta, é de ordem secundária. (ROMERO *apud* MONTELLO, ibidem, p. 144)

Percebe-se que este capítulo relativo à produção literária de Machado de Assis é por deveras extenso e não poderá, certamente, neste pouco espaço que se tem ser encerrado. Mas, há necessidade, no momento, de fazer uma pausa e fechar a discussão, ratificando que "o convívio cordato com Machado de Assis, no ambiente da Academia" (MONTELLO, ibidem, p. 145) possivelmente mudara Sílvio Romero: "o adversário de ontem era agora o confrade perfeito. Suave. Solícito. Afável" (MONTELLO, ibidem, p. 145).

A *História da Literatura Brasileira* (a primeira edição é de 1916), de José Veríssimo, é considerado um dos primeiros livros que trata com seriedade e de forma sistemática os estudos sobre literatura brasileira, no tocante ao caráter histórico e biográfico. Paralelo a esse encontram-se ainda: *História da Literatura Brasileira* (em cinco volumes), de Sílvio Romero e *Pequena História da Literatura Brasileira*, de Ronald de Carvalho.

A obra de José Veríssimo, mencionada anteriormente, divide-se em 19 capítulos e apresenta um panorama da literatura colonial e suas primeiras manifestações. Segue pelo Romantismo, pelo período Naturalista e Parnasiano.

Comenta sobre o teatro, a literatura dramática, publicidade, oradores e críticos e encerra com um capítulo dedicado à obra de Machado de Assis.

José Veríssimo contrapôs-se ao método crítico de Sílvio Romero. Enquanto este partilhava fervorosamente das doutrinas positivistas, percebendo-as sob o ponto de vista documental, sociológico, biológico, aquele pensava a obra do ponto de vista estético literário. Um dos maiores embates entre os dois estudiosos relaciona-se à defesa da obra de Machado de Assis pelo primeiro contrapondo-se ao ponto de vista do segundo.

Como já foi dito, *História da Literatura Brasileira* encerra com um capítulo dedicado àquele "escritor que é a mais alta expressão do nosso gênio literário, a mais eminente figura da nossa literatura" (VERÍSSIMO, 1963, p. 171). O crítico afirma que a obra machadiana é o pícaro da literatura brasileira e ainda diz que Machado de Assis seria naquele momento o maior de língua portuguesa, superando inclusive os portugueses contemporâneos seus. Um escritor brasileiro que supera escritores portugueses significa, para o crítico, o atestado de autonomia e maturidade da literatura brasileira. Para Veríssimo, esta ascensão se deve ao fato de:

> [...] Machado de Assis, estranho a toda a petulância da juventude, estuda, observa, medita, lê e relê os clássicos da língua e as obras-primas das principais literaturas. Ao contrário de alguns notáveis escritores nossos que começaram pelas suas melhores obras e como que nelas se esgotaram, tem Machado de Assis uma marcha ascendente. Cada obra sua é um progresso sobre a anterior. Ou de própria intuição do seu claro gênio, ou por influência do particular meio literário em que se achou, fosse porque fosse, foi ele um dos raros senão o único escritor brasileiro do seu tempo que voluntariamente se entregou ao estudo da língua pela leitura atenta dos seus melhores modelos. Foram seus amigos e companheiros alguns portugueses escritores ou amadores das boas letras, como José de Castilho, Emílio Zaluar, Xavier de Novais, Manuel de Melo, o esclarecido filólogo de cuja casa e rica livraria foi habituado, Reinaldo Montoro, o bibliófilo Ramos Paz e outros. (VERÌSSIMO, ibidem, p. 175)

Veríssimo descreve como principais características do poeta autor a profundeza de sentimento, o cuidado com a forma e, ainda, descreve o momento que por meio da poesia, aliás como ocorria com a maioria dos autores, insere-se na vida literária:

> Mas só em 1864, com as Crisálidas, é que verdadeiramente começa a sua vida literária, não mais como tentativa, senão como atividade nunca descontinuada. Vinte e dous poemas, escritos entre 1858 e 64, compunham essa coleção. Distinguiam-se pela emoção menos desbordante que o nosso comum lirismo e por um apuro de forma insólito na nossa poesia. À perfeição com que já manejava o alexandrino, verso ainda mal-aclimado na nossa língua, o pechoso cuidado que punha nos ritmos e rimas dos seus, para os fazer menos triviais e mais tersos sem perda da sonoridade, juntava-se o polido da língua e o escolhido da frase poética: Aspiração, que é de 1862, mormente Versos à Corina, de 1864, documentam este juízo. Tanto pelo valor do

> sentimento como da sua expressão, este último é uma das mais belas amostras do nosso lirismo. (VERISSIMO, ibidem, p. 172)

Entretanto, é como prosador que Veríssimo vai reconhecer o melhor da produção literária de Machado. Para o crítico, o autor não caberia no Romantismo, talvez por isso vá atingir o apogeu a partir de 1881, com a publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e sobre esse romance Veríssimo escreveu:

> Em 1881, com as *Memórias póstumas de Brás Cubas* atingia Machado de Assis o apogeu do seu engenho literário, num romance de rara originalidade, uma obra, a despeito do seu tom ligeiro de fantasia humorística, fundamente meditada e fortemente travada em todas as suas partes, porventura a mais excelente que a nossa imaginação já produziu. As *Memórias póstumas de Brás Cubas* são a epopeia da irremediável tolice humana, a sátira da nossa incurável ilusão, feita por um defunto completamente desenganado de tudo. Desde a sua cova conta-nos Brás Cubas, numa língua primorosa de simplicidade, a sua vida do nascimento à morte, a sua família, a sua educação, o seu meio, os seus primeiros namoros de rapaz e amores de homem, as suas ambições, os seus amores adulterinos com certa Virgília, enfim, quanto na vida sequer um momento o interessou ou ocupou de modo a impressionar-lhe a memória e o entendimento. E só estas faculdades se deixaram nele tocar por tais sucessos. Viu Brás Cubas, ainda pressentiu a vaidade de tudo, e como ao cabo todas as cousas são naturais, necessárias, determinadas por um conjunto de condições que não são essencialmente nem boas, nem más, e pelas quais é sábio não nos abalarmos, não se deixou jamais comover. No fundo de tudo há sempre um todo nada de ridículo, de comédia, de falsidade, de fingimento, de cálculo. (VERISSIMO, ibidem, p. 177-178)

O crítico, em questão, analisa a produção literária de Machado de Assis e percebe um progresso gradual; “cada obra sua é um progresso sobre a anterior” (VERISSIMO, ibidem, p. 175). Em relação ao conto entende-o como “se não o iniciador, um dos primeiros cultores e porventura o primacial escritor na língua portuguesa” (VERISSIMO, ibidem, p. 177). Machado é o “herói”, aquele que está alheio às imposições sociais, avesso a modismos e que não consegue ser decifrável pelos “critérios nacionalísticos” (VERISSIMO, ibidem, p. 177). De acordo com o crítico, ele é “demiurgo de si” (VERISSIMO, ibidem, p. 177). Resumidamente, para Veríssimo Machado é universal, o ícone da nação pretendida.

Os dois críticos, aqui mencionados, reconhecem, na obra machadiana, a chave da nacionalidade: Sílvio Romero percebe isso como fato da mestiçagem e José Veríssimo como forma de aspiração ao universal. Cada qual, a seu modo, negavam a nação existente e projetavam os anseios daquela geração.

2.3 Progressão do romance machadiano

Machado de Assis estreia na prosa com a publicação do romance *Ressurreição* (1872), obra bem recebida pelo público e pela crítica de época. Percebe-se que nesse romance já configuram os traços daquilo que seria a maneira definitiva da escrita machadiana: a penetração psicológica, a preocupação da análise, o monólogo interior, o desenvolvimento alienar da intriga e a narrativa complexa. Como já mencionado antes, Machado não tem preocupação com os “modismos” e, assim, rompe com o nacionalismo literário vigente e com o regionalismo de superfície que imperava na ficção brasileira durante o Romantismo. Sobre esse romance Veríssimo escreveu:

> A grande novidade deste romance era não ser senão o primeiro de análise de caracteres e temperamentos, o primeiro ao menos que com este só propósito aqui se escrevia. Não trazia vislumbre de intencional brasileirismo vigente. Ao invés declaradamente apontava a outra cousa que o romance de costumes. O interesse do livro era deliberadamente procurado no "esboço de uma situação e no contraste de dois caracteres". (VERÍSSIMO, ibidem, p. 177)

Quando Machado propõe o esquadrinhamento das personagens, em suas obras, anuncia com isso a análise psicológica que apenas era realizada, naquela época, pelos autores europeus. Entretanto, ainda não é dessa vez que o mestre irá realizar seu projeto de forma adequada: o romance tem uma trama banal, cheia de formas românticas fazendo com que a investigação íntima dos personagens não lograsse o objetivo desejado.

Nos romances que se seguiram *A mão e a luva* (1874) e *Helena* (1876) ainda é possível perceber “ressaibos de romantismo senão de Romantismo” (VERISSIMO, ibidem, p. 177). Essas obras inovam o romance romântico no sentido de que cai por terra o aspecto tradicional em que toda trama gira em torno do amor puro, ingênuo e simples. Neles o aspecto social prepondera e o

desejo de ascender socialmente é maior, mesmo que a custa do sacrifício afetivo, ético e moral. Percebe-se com isso uma visível mudança na narrativa de ficção machadiana. Determinação, frieza, hipocrisia governam as atitudes que perseguem o alvo: atingir o objetivo delineado implacavelmente.

A *tessitura*, a *linguagem* e o *vocabulário*, além, de algumas atitudes dos personagens, poderiam classificar, facilmente, esses romances como românticos. Entretanto, os "heróis" dessas narrativas ficcionais – Guiomar e Luís Alves (*A mão e a luva*) e Helena (*Helena*) – possuem uma caracterização psicológica e um comportamento social que não se enquadram nos padrões românticos. Com relação a esse aspecto Veríssimo afirma:

> Temperava-os, porém, já, diluindo-os num sabor mais pessoal e menos de escola, e sua nativa ironia e a sua desabusada visão das cousas, que o forravam ao romanesco, à sentimentalidade amaneirada que tanto viciou e desluziu a nossa ficção. (VERISSIMO, ibidem, p. 177)

Fica claro, portanto, que Machado de Assis utiliza a escrita, nessas obras, como uma espécie de ensaio para a grande virada ficcional de sua obra. É possível perceber isso, mais nitidamente, naquele que é reconhecido como o romance de transição: *Iaiá Garcia.*

Publicado em 1878, *Iaiá Garcia* é o último romance machadiano pertencente à fase romântica, denominada assim por Veríssimo e adotada pela maioria dos críticos e estudiosos de literatura. Tem como cenário histórico principal a Guerra do Paraguai e na análise do historiador e especialista na obra machadiana Sidney Chalhoub "*a narrativa se move ostensivamente para os anos que o próprio machado percebia como decisivos na crise do paternalismo"* (CHALHOUB, 2003, p. 67). Constata-se com isso que o cenário histórico não se restringia apenas à Guerra, haja vista que a obra transcorre entre os anos de 1866 e 1871, culminando, portanto, com os debates sobre a aprovação da Lei do Ventre Livre.

Ainda, segundo o historiador:

> Em *Iaiá Garcia,* os acontecimentos se desenrolam em momentos políticos decisivos, e seria possível demonstrar a hipótese de que há no romance uma história escrita por meio do movimento das personagens, ou das relações que se tecem entre as

> personagens ao longo do tempo (as ações começam em 1866 e vão até o início dos anos 1870, sendo que a cronologia é cuidadosamente marcada no texto até precisamente setembro de 1871). (CHALHOUB, ibidem, p. 71)

A estrutura do romance permite observar uma analogia entre a narrativa ficcional e a história do Brasil no final do século XIX. A temática do paternalismo é representada, na ficção, por meio dos personagens sejam eles livres ou cativos. Um exemplo claro dessa premissa são os personagens Estela e Sr. Antunes, pertencentes ao primeiro grupo. Há, na primeira personagem, embora por meios diversos, uma tentativa de escapar à dependência, enquanto que a segunda preferia o favor, a subordinação às relações paternalistas. Prudêncio, "escravo e livre" (ASSIS, 1994, p. 14), exemplifica a personagem pertencente ao segundo grupo que, por vontade própria submetia-se à servidão e obediência ao seu senhor, Luís Garcia. Este não dava ordem alguma, pois *"tinha tudo à hora e no lugar competente. Raimundo, posto fosse o único servidor da casa"* (ibidem, p. 14). Fica evidente, portanto, como bem defende o historiador, que os primeiros romances machadianos veiculam uma crítica sutil ao paternalismo à sociedade de seu tempo. Crítica que será aprimorada nos romances que se seguem. Entretanto, não se pode negar, também, que há uma clara evolução da escrita de Machado de Assis, talvez por conta do seu trabalho como:

> [...] funcionário do governo imperial, com atuação impecável quanto à observância e cumprimento da Lei do Ventre Livre, cuja aplicação estava submetida justamente à fiscalização do órgão em que ele atuava. (BERNARDO; MICHAEL; SCHÄFFAUER, 2010, p. 15)

Em 1881, a publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas* é um marco da produção machadiana. Percebe-se o amadurecimento do escritor, mas o romance gera algumas polêmicas em meio à crítica literária da época. Embora seja preciso esclarecer que, de acordo com Magalhães Júnior, um dos principais biógrafos de Machado de Assis:

> Quando apareceu o primeiro grande livro da maturidade de Machado de Assis, praticamente não havia crítica literária no Rio de Janeiro, a não ser a que era escrita por ele próprio e a que Capistrano de Abreu publicava na Gazeta de Notícias. (MAGALHÃES, 2008, p. 17)

É justamente Capistrano de Abreu o primeiro crítico de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Machado de Assis enviou um volume do romance ao "jovem crítico cearense com amável dedicatória" (MAGALHÃES, ibidem, p. 18). Magalhães Júnior descreve a reação do crítico, numa carta que este escreveu ao autor do livro:

> Hoje às 7 horas da manhã, poucos momentos antes de tomar o trem do Rio Claro para Campinas, me foi entregue com a sua carta de 7 o exemplar do Brás Cubas que teve a bondade de me enviar. Li de Rio Claro a Campinas e, preciso dizer-lhe – a impressão foi deliciosa, - e triste tão bem posso acrescentar. Sei que há uma intenção latente, porém imanente a todos os devaneios, e eu não sei se conseguirei descobri-la. (MAGALHÃES, ibidem, p. 18)

Mais a frente o crítico completa:

> o que é Brás Cubas em última análise? Romance? Dissertação moral? Desfastio humorístico? [...] A princípio me pareceu que tudo se resumia em um verso de Hamlet de que não me lembro agora (MAGALHÃES, ibidem, p. 18).

O comentário do crítico sobre a obra dá a dimensão da recepção do romance pelo público. Magalhães Júnior afirma, no volume 3 de uma das biografias mais completas de Machado de Assis, que "a perplexidade de Capistrano de Abreu ainda perdurava quando, de volta ao Rio de Janeiro, escreveu sobre o romance" (MAGALHÃES, ibidem, p. 19). É de fácil constatação que *Memórias póstumas de Brás Cubas* revela a capacidade ímpar de seu autor em expor especificidades, tanto da alma humana como da formação cultural brasileira, de forma que só os mais atentos leitores são capazes de registrarem.

Acredita-se, portanto, que, além da estrutura romanesca rompida, em especial, pela escrita dessa narrativa, existem, ainda, vários outros elementos que comprovam a evolução da produção literária desse autor. Testifica-se, uma vez mais, o tão mencionado amadurecimento da escrita machadiana, pelos estudiosos do tema, a partir da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas.*

2.4 O autor e sua obra: absenteísmo ou participação?

O primeiro capítulo do livro *Machado de Assis desconhecido*, de Raymundo Magalhães Júnior, possivelmente o maior biógrafo do escritor homônimo da obra, abre-se com a seguinte afirmação:

> Para situar-se a posição de Machado de Assis na política do Império, é preciso prestar-se atenção principalmente às suas opiniões de jornalista, ao pensamento expresso em seus artigos e crônicas, uns e outros só em parte divulgados em volume. Dizem alguns – e nisto erram – que Machado de Assis sempre foi um temperamento avesso à política, um absenteísta, mesmo, na expressão de Lúcia Miguel Pereira, que assim o dá como estereotipado. (MAGALHÃES, 1971, p. 7)

O debate da crítica literária em torno desta questão: omissão ou participação de Machado de Assis nas questões político-sociais de seu tempo, tem apresentado uma pequena, porém promissora, produção literária. Já existem algumas publicações sobre o tema e, cada vez mais, pesquisadores se interessam pela questão. Contrários a alguns biógrafos como Mário Mattos (1930), Lúcia Miguel Pereira (1936) e Augusto Meyer (1952) que, com seus escritos, perpetuam uma imagem talvez equivocada de que o escritor se absteve dos problemas sociais de sua época, outros pesquisadores buscaram um estudo mais detalhado da obra machadiana e difundem uma produção literária que polemiza este suposto "absenteísmo" mencionado por Magalhães. Pode-se citar, a título de exemplificação, deste segundo grupo escritores como: Raymundo Magalhães Júnior e a publicação *Machado de Assis desconhecido,* (1971): Eduardo de Assis Duarte e seu *Machado de Assis afrodescendente* (2007); Sidney Chalhoub e a obra *Machado de Assis historiador* (2003); Roberto Schwarz e a obra *Um mestre na periferia do capitalismo* (2000); John Gledson com a obra *Machado de Assis – ficção e história* (2003), além de Mailde Jerônimo Trípoli com suas *Imagens, máscaras e mitos – o negro na obra de Machado de Assis* (2006), só para citar alguns.

Poder-se-ia enumerar várias outras obras, tanto dos autores já mencionados como de outros. Entretanto, acredita-se que o objetivo já foi alcançado: provar a existência de estudos com "leituras" diferentes daquela perpetrada pelo primeiro grupo de pesquisadores.

Possivelmente, o fato de Machado de Assis ter sido neto de escravo e ao mesmo tempo ter ocupado posição de destaque na esfera pública fomentou uma tomada de posicionamento mais explícito em relação aos problemas sociais de seu tempo. Como isso não ocorreu da forma desejada, seus opositores viram nisso um motivo para acusá-lo de omissão, principalmente em relação ao problema da escravidão. O interessante é constatar que, justamente em relação ao tema mencionado, bastava uma leitura mais apurada de várias de suas produções literárias para perceber que Machado de Assis foi um crítico ácido da elite de seu tempo. Um dos maiores exemplos disso está em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, mais precisamente no capítulo intitulado *O menino é o pai do homem*. Nele, o narrador dá testemunho das atrocidades praticadas por ele na infância e se o leitor fizer uma leitura mais apurada e relacionar o texto ao título irá descobrir que:

> O menino diabo é o "pai do homem", e Brás a "flor" nascida da "terra" e do "estrume" de seu meio social. São palavras do texto, travestidas em confissão, que se põem a destronar não apenas o homem, mas o grupo social a que pertence e que representa. Destronamento esse visível já no próprio relato de quão falsa é a nobreza ostentada no nome de família. E no modo senhorial, peremptório e arrogante, com que trata os de baixo combina com o cinismo de salão que ornamenta seu discurso em muitas passagens. (DUARTE, 2007, p. 285)

Machado de Assis, por meio de seus textos, retratou os problemas sociais de sua época com uma habilidade própria, mas principalmente com coerência. A habilidade é comprovada, por exemplo, no uso exacerbado da ironia, na escrita das entrelinhas, no "dizer tudo, às vezes sem falar nada" (CHALHOUB, 2003, p. 57), fazendo com o leitor busque a crítica naquilo que está encoberto. Em certa ocasião, o leitor Machado de Assis foi indagado sobre determinada obra e respondeu com a seguinte frase: "detesto escritor que me diz tudo". Esta afirmação do leitor diz muito a respeito do estilo do escritor. Outro aspecto relevante na obra machadiana, aqui mencionado, é a coerência. Pode-se dizer tudo de sua obra, menos que ele tenha sido incoerente, pois este aspecto não só fez parte de sua escrita como também da sua própria existência. Machado buscava ser fiel ao retrato de sua sociedade e nela o negro não constituía uma representação significativa. Para Chalhoub:

> [...] ao centrar suas histórias nos antagonismos entre senhores e dependentes, Machado de Assis abordava, na verdade, a lógica de dominação que era hegemônica e organizava as relações sociais no Brasil oitocentista, incluindo aí o problema do controle dos trabalhadores escravos, a "relação produtiva de base". Ao fazer isso, o romance machadiano produzia outro registro realista extremamente sutil e eficaz: como a ambiência social dos textos era basicamente o interior de propriedades senhoriais da Corte, não seria verossímil fundar o enredo na escravidão. (CHALHOUB, ibidem, p. 57)

Mas, os romances não são os únicos veículos de destilação da crítica machadiana contra o sistema instituído. Talvez o conto e a crônica sejam, das modalidades de produção literária do autor, aquelas que mais explicitamente constituem uma crítica aberta ao sistema escravista. A começar pelo conto, pode-se enumerar uma série deles que denunciam as condições desumanas em que viviam os cativos: *O caso da vara*, *Pai contra mãe*, *Virginius*, *Mariana*, entre outros. Para Duarte:

> Passado para o conto machadiano, vemos que o autor produziu narrativas em que a condição social e humana dos afro-brasileiros emerge de forma explícita e desvela o ponto de vista autoral, identificado com os que sofrem as agruras do regime patriarcal e escravista. (DUARTE, 2007, p. 262)

No conto *O caso da var*a, publicado no jornal *Gazeta de Notícias* em 1891, e reeditado em 1899 no livro *Páginas recolhidas*, por exemplo, o autor mais uma vez descreve a situação de submissão do cativo negro em relação ao seu senhor. Pode-se apontar, ainda, outro tema que poderia ser explorado neste conto: o trabalho escravo infantil: "Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos." (ASSIS, p. 142).

O leitor mais atento será capaz de fazer várias outras leituras nas estrelinhas do conto; de ouvir o que não foi expressamente dito pelo autor. Certo que será possível, por exemplo, relacionar o conto à temática da escravidão, embora este não seja o enfoque principal. Machado de Assis, logo que introduz Lucrécia, denuncia as atrocidades que a pequena criatura sofreu no decorrer de sua curta vida. A "*cicatriz na testa"* e a "*queimadura na mão*

esquerda" são marcas da violência a que ela foi submetida. Fica claro, também, que a pequena estava proibida, inclusive, de alegrar-se, de interagir, como comprova o trecho:

> Uma destas, estúrdia, obrigada a trejeitos, fez rir a uma das crias de Sinhá Rita, que esquecera o trabalho, para mirar e escutar o moço. Sinhá Rita pegou de uma vara que estava ao pé da marquesa, e ameaçou-a: – Lucrécia, olha a vara! (ASSIS, p. 142).

Embora a narrativa encaminhe-se para a resolução do problema de Damião: livrar-se ou não do seminário, ela se encerra antes de o leitor vê o desfecho dessa polêmica. Isso porque o tema central do conto consiste na demonstração da falta de princípios da classe social vigente diante das perspectivas que visam apenas instâncias individuais. Assim, encontra-se no final do conto o ponto culminante da narrativa:

> Sinhá Rita chegou-se a ela, viu que a tarefa não estava acabada, ficou furiosa, e agarrou-a por uma orelha.
> — Ah! malandra!
> — Nhanhã, nhanhã! pelo amor de Deus! por Nossa Senhora que está no céu.
> — Malandra! Nossa Senhora não protege vadias!
> Lucrécia fez um esforço, soltou-se das mãos da senhora, e fugiu para dentro; a senhora foi atrás e agarrou-a.
> — Anda cá!
> — Minha senhora, me perdoe!
> — Não perdôo, não. (ASSIS, p. 146-147)

Ao retornar à sala, dá por conta que necessita da vara para castigar a negrinha. Recorre, então, ao Sr. Damião. Neste ponto, o conto chega ao clímax: ajudar ou não Lucrécia. Ele havia prometido que a apadrinharia, afinal de contas foi por culpa dele que ela perdeu-se do tempo:

> — Onde está a vara?
> [...]
> — Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?
> Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha Jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...
> — Dê-me a vara, Sr. Damião!
> Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

> — Me acuda, meu sinhô moço!
> Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita. (ASSIS, p. 147)

Sr. Damião tem consciência de que, caso ajudasse Lucrécia a livrar-se do castigo, poderia perder o apoio daquela que parece ser a única capaz de livrá-lo do seminário. Mesmo compadecido com o sofrimento da criança, coloca seu objetivo acima do dela, afinal esta é uma prosa "realista". O interessante é observar que Machado de Assis não foi insensível à questão da escravidão e, mesmo que o conto não trate especificamente desse tema, acaba por, nas "entrelinhas", torná-lo bastante relevante no desfecho da narrativa.

Por meio da crônica, Machado de Assis também explorou as temáticas sociais de seu tempo. E, possivelmente, nessas foi mais claro do que em qualquer outro gênero de produção literária. A intenção não é aprofundar a análise das crônicas deste autor, mas é necessário que as mencione, até mesmo para que se constate o envolvimento do autor na causa abolicionista, mesmo que tímido, sim, porque esse era o seu temperamento natural. Escolheu-se para tanto, uma crônica em que o próprio autor admite ser um homem reservado, tímido e introspectivo, "*quase um caramujo*" (DUARTE, 2007), mas que, mesmo assim, fez uso da ironia e da crítica sutil e a seu modo denunciou as atrocidades cometidas por um regime escravagista desumano.

O texto data de 14 de maio de 1893:

> Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto. (*apud* DUARTE, 2007, p. 72)

No excerto acima, o autor externa "abertamente sua interação e júbilo popular ocorrido quando da assinatura da Lei Áurea" (DUARTE, 2007, p. 72). É preciso, entretanto, retroceder um pouco e, uma vez mais, mencionar a produção romanesca do escritor com o propósito de atrelar essa crônica com o

último de seus romances: *Memorial de Aires* (1908), publicado poucos meses antes de sua morte. Acerca dessa produção, Duarte (ibidem, p. 223), esclarece:

> A narrativa se desenvolve sob a forma de diário e tem como pano de fundo os acontecimentos políticos de 1888 e 1889, especialmente a Abolição e suas consequências. O mundo retratado é o da burguesia, com seus salões, chás e privilégios. Mais uma vez, o autor se vale de um respeitável personagem do mundo branco – o conselheiro é homem culto, diplomata aposentado e com grande vivência no estrangeiro – para construir sua crítica à classe senhorial encarnada no Barão de Santa-Pia e apontar de forma por vezes sarcástica, seu *modus operandi* de autoritarismo e hipocrisia.

A cena descrita no texto vai para a ficção e é inserida na narrativa de *Memorial de Aires* como comprova a seguinte passagem:

> Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do Senado e da sanção da Regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral.
> Um conhecido meu, homem de imprensa, achando-me ali, ofereceu-me um lugar no carro, que estava na Rua Nova, e ia enfileirar no cortejo organizado para rodear o paço da cidade, e fazer ovação à Regente. Estive quase, quase a aceitar, tal era meu atordoamento, mas os meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro, e recusei. Recusei com pena. Deixei-os ir, a ele e aos outros, que se ajuntaram e partiram da Rua Primeiro de Março. (ASSIS, 2009, p. 87-88)

Machado de Assis, dessa forma, mescla realidade e ficção, participa da cena real e ficcional, mesmo que como coadjuvante, pois de acordo com Magalhães Júnior ele é esse “homem de imprensa” citado pelo Conselheiro Aires. Magalhães (ibidem, p. 45-46) também escreveu sobre este episódio em seu *Machado de Assis desconhecido*:

> Foi um gigantesco cortejo, precedido por bandas de músicas e por uma comissão de jornalistas montados a cavalo. A *Gazeta de Notícias*, jornal festejadíssimo pela sua participação nas lutas da abolição, estava representada nesse cortejo por três carros, com os seus principais redatores. No primeiro deles, estavam Ferreira de Araújo e Machado de Assis. No segundo, Henrique Chaves e sua família. No terceiro, Demerval da Fonseca, que antes de

> Machado escreveu as *Crônicas da Semana*, e outros redatores do jornal.

O que se pretendeu aqui foi mostrar que é possível fazer reflexão do social através da obra do escritor Machado de Assis. Ficou evidente que, além da obra machadiana ser a mais fina expressão da Literatura Brasileira é, também, Literatura Afro-Brasileira porque, no conjunto de sua obra apreende uma contribuição significativa ao tema do negro quando apresenta a visão do branco a respeito do negro cativo sempre na condição de subalternidade; quando retrata de forma exímia a sociedade brasileira da época, com vários problemas; quando, por meio de seus personagens, indicia a reprodutibilidade do sistema escravista e ainda quando avalia criticamente a abolição dos escravos. Machado de Assis não foi indiferente aos acontecimentos de seu tempo, ao contrário, ele contribuiu de forma significativa para a construção de uma sociedade mais justa, muito embora de forma inerente à sua personalidade.

3 TRÁFICO NEGREIRO, ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO: entre a história e a ficção

Há muito se tenta explicar a relação entre História e Literatura. Para Chartier, a distinção entre história e ficção tem se mostrado vacilante. Isso porque para o autor:

> [...] a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (místicas, literárias, metafóricas), a ficção é um discurso que 'informa' do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já é. (CHARTIER, 2009, p. 24)

Entretanto, essa distinção tão clara é camuflada, primeiro pela força das representações do passado propostas pela ficção, segundo pelo fato de que "a literatura se apodera não só do passado, mas também dos documentos e das técnicas encarregados de manifestar a condição de conhecimento da disciplina histórica" (idem, p. 27) e, por último, pela necessidade, no mundo contemporâneo, de afirmação ou de justificação de identidades construídas ou reconstruídas acarretando numa reescrita do passado deformada, esquecida e que oculta as "contribuições do saber histórico".

Assim, pretende-se neste capítulo, fornecer, primeiramente, uma visão geral da história da escravidão no Brasil desde o momento em que o negro era traficado da África para o Brasil até a Lei Áurea, responsável pela extinção da escravidão oficial em 1888. Discorrer-se-á também sobre a escravidão da criança negra, visto que o foco principal da análise é o negro cativo em sua fase infantil.

3.1 O escravismo no Brasil

A primeira tentativa de escravidão surgiu, ainda, com os índios nativos que habitavam o território brasileiro na época do descobrimento. Estes, no início, trabalhavam de forma "amigável", por meio do escambo. Mas essa forma, depois de um tempo, passou a não mais funcionar e os colonizadores

passaram, então, à caça e à captura para obrigá-los a trabalhar na lavoura e nos primeiros engenhos. Embora a escravidão indígena tenha durado diversos anos, ela não foi suficiente para suprir a necessidade dos colonos, além do fato de que os índios de algumas tribos eram, na sua gênese, seminômades e dedicavam-se à caça e à pesca. Esse aspecto impossibilitou a adaptação dos índios ao trabalho agrícola e ao sedentarismo que lhe impunha o homem branco.

Outro fator que contribuiu para que a escravidão indígena no Brasil não durasse, foi o de que, diferentemente dos escravos negros:

> [...] nenhuma comunidade indígena se firmou no horizonte da América portuguesa como fornecedora regular de cativos aos moradores. Como escrevem os autores de um incisivo estudo sobre a questão, a guerra tupinambá, fundada essencialmente na vingança – na morte do inimigo –, não se enquadrava num processo de reprodução social mais amplo. (ALENCASTRO, 2000, p. 118)

Além disso, a ocorrência das mortais epidemias contraídas no contato com o homem branco, as mortes causadas pelo trabalho forçado e a ruptura com a economia de subsistência dos indígenas impediam a viabilidade desse tipo de escravidão. A mesma também foi combatida extensamente pela igreja Católica, no ambiente colonial por meio de seus representantes. Pertencendo à Ordem Jesuíta, os clérigos que apontavam em terras brasileiras se envolveram em uma série de disputas em que repudiavam o interesse dos colonos em converter os índios em escravos. O interesse da igreja em relação aos índios era outro: facilitar o processo de conversão religiosa dos mesmos.

Por último, mas não menos importante, havia o fato relevante de os índios conhecerem o território brasileiro. Para os colonos era difícil tanto a captura de novos índios como a recuperação dos fugitivos. Esta situação foi descrita por Pero de Magalhães Gandavo (2000):

> [...] e huma das cousas porque o Brasil não florece muito mais, he pelos escravos que se alevantarão e fugirão pêra suas terras e fogem a cada dia: e se estes índios não forão tam fugitivos e mudaveis, não tivera comparação a riqueza do Brasil.

Está comprovado que, para o colonizador, o país só não era mais rico porque não havia mão de obra escrava disponível para explorar a riqueza existente nessas terras. Dessa forma, com os índios escapando ao controle do colonizador, a solução encontrada para resolver o problema foi a escravidão da raça negra.

Pode-se apontar, aqui, três fatores decisivos para a substituição da mão de obra indígena pela africana: primeiro, houve um crescente decréscimo da população indígena (nos anos de 1540, mais pela guerra; nos anos de 1560, mais por pestes e epidemias); segundo, a multiplicação dos engenhos e terceiro, a boa relação entre portugueses com dirigentes e comerciantes africanos envolvidos com o mercado de escravos. Relacionado a esse último fator, escreveu Cavazzi, um dos raros missionários a registrar observações sobre o drama:

> No reino do Congo, o número de escravos é quase igual ao das pessoas livres. Há, porém, grande diferença entre os escravos dos portugueses e os dos pretos. Os primeiros obedecem não só às palavras, mas até aos sinais, receando sobretudo ser levados para o Brasil ou para Nova Espanha (CAVAZZI *apud* ALENCASTRO, ibidem, p. 147).

Manolo Florentino, também, escreveu sobre esse tema. Ele explica como se dava o processo de migração forçada nos navios negreiros, esclarece sobre a transformação desse homem africano: num momento livre, depois cativo em seu próprio país, até chegar nas mãos de traficantes europeus:

> aprender a dinâmica da produção e circulação inicial da mercadoria humana significa, do ponto de vista formal, especificar as etapas pelas quais passava o escravo, desde a sua mutação em cativo até o momento em que chegava às mãos dos traficantes europeus e americanos (FLORENTINO, 2002, p. 83).

Um homem comum, na África, era transformado em cativo, basicamente por causa dos conflitos tribais e por causa das dívidas. Os conflitos originavam-se de confronto entre Estados, etnias e classe social. Os prisioneiros eram transformados em escravos e vendidos aos comerciantes de homens: “A guerra, sinônima aqui da violência fundadora do escravo, estava, portanto, na base tanto da reprodução

escravista na América quanto no cerne da diferenciação social e da expansão do fenômeno estatal na África" (FLORENTINO, 2002, p. 102).

Constata-se, com isso, que os negros africanos, tornavam-se produtos de escambo e eram traficados para a América, graças aos próprios líderes nativos, através de uma aliança que envolvia líderes locais e traficantes. A prática do escambo possibilitava a estes líderes um fortalecimento do seu poder na medida em que eles por meio dela possuíam mercadorias que os outros não tinham.

Os produtos do escambo, os têxteis e a aguardente estiveram presentes em, respectivamente, 86% e 94% dos carregamentos, seguidos pelos manufaturados de natureza bélica (pólvora, armas de fogo, espadas, facas, arcos e flechas) com 80%; açúcar (58%), fumo (52%), vinhos (24%), além de barras de ferro, louças, ferragens, miçangas, vidros, algodão e conchas (FLORENTINO, 2002, p. 123).

A história da escravidão negra no Brasil começa dentro desse contexto, embora exista registro de negros africanos no país logo após o descobrimento. Entretanto, a entrada sistemática dos escravos só acontece por volta das primeiras décadas do século XVI. Não se sabe a data exata. Manolo Florentino em "Tráfico, cativeiro e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX" já mencionava a dificuldade de fontes de pesquisas sobre a temática e/ou o acesso a elas.

> Para tratar do comércio de escravos novos no Rio de Janeiro no século XVIII são necessárias algumas considerações preliminares: a) a escassez de trabalhos publicados sobre o assunto, o que dificulta a sua abordagem; b) a imensa dificuldade de pesquisa sobre esse comércio, no período considerado, nos arquivos das cidades do Rio de Janeiro e de Lisboa, por eles não possuírem instrumentos de pesquisa com entrada diretas à documentação específica, levando o pesquisador ao exercício de cata à "agulha no palheiro"; c) a ausência de dados estatísticos referentes ao período setecentista e, principalmente, sobre o Rio de Janeiro que registrem de forma confiável a entrada de escravos novos nessa capitania, como os disponíveis sobre o século XIX; d) a grande lacuna quantitativa e normativa sobre os traficantes, negociantes *e outras pessoas envolvidas com o comércio negreiro.* (FLORENTINO, 2005, p. 17)

Brutalmente, crianças, jovens e adultos africanos eram capturados na África e trazidos para a América, amontoados, quase sempre na mesma posição, sem higiene, sem água, sem alimentação adequada, em navios

negreiros, também conhecidos como tumbeiros, devido aos números de mortes que a viagem causava. Os nativos da própria região, muitas vezes, eram os responsáveis pela captura desses cativos, outras vezes eram os comerciantes de escravos. Porém, não se pode esquecer que a captura e o comércio dos mesmos eram formulados com o aval de reis africanos, já que os mesmos eram informados dos lucros advindos do tráfico e permitiam tal comércio. É aviltante a atitude desses governantes que, por ganância, enviavam seus compatriotas para a escravidão em países estrangeiros. Vários escritores, entre eles Joaquim Nabuco (1999, p. 65) registraram nos anais da história suas críticas em relação a esse tema:

> Assim vemos a ganância em sua corrente contagiosa perverter por amor ao luxo, os próprios governos negros, e estes de parceria com os enviados europeus e americanos condenando anualmente milhares de compatriotas, que os estrangeiros resgatavam para o cativeiro. Farsa era essa adrede preparada para livrar os reis da nódoa do tráfico de seus súditos, e ao mesmo tempo para honrar os negociantes negreiros, cujo comércio pareceria clemente, visto ser para salvar da morte milhares de homens.

Assim, depois de mais de 1500 quilômetros, os novos escravos chegavam ao seu destino: a América, mais especificamente, o Brasil. Em solo brasileiro

> eram depositados em armazéns após exaustivas viagens oceânicas ou marchas forçadas pelo interior do Brasil, defrontavam-se com uma das transições mais decisivas de suas vidas, da qual tinham pouco controle: sua venda no Valongo, o maior mercado de escravos do país. (KARASCH, 2000, p. 17)

No Valongo, os escravos eram divididos, para objetivos comerciais, em duas categorias: os de importação recente e os ladinos. O primeiro grupo era assim denominado porque eram africanos que não possuíam nenhuma habilidade e treinamento. O segundo grupo era formado por aqueles africanos que estavam assimilados e capacitados. Karasch (2000, p. 67-68) explica que: “Embora a palavra ‘ladino’ definisse geralmente um africano assimilado no Rio, os que negociavam ladinos vendiam também escravos nascidos no Brasil”.

Assim, as licenças para comercialização dos escravos também se dividiam em três tipos: o primeiro era para escravos novos, o segundo para

escravos ladinos e escravos capacitados e o terceiro para ambos os casos. Pressupõe-se, a partir dessa divisão, que os ladinos, em geral, seriam aqueles já escravizados, portanto mais aptos e acostumados ao trabalho escravo. Enquanto que os “novos” seriam aqueles que ainda iriam sofrer um processo de adaptação e amadurecimento ao regime escravagista. Os comerciantes acabavam classificando suas “mercadorias” em “nova” e “usada” e, dessa forma, estabeleciam suas operações comerciais de acordo com essa classificação.

Outro aspecto relevante é constatar que os estudiosos apresentam dados comprobatórios de que os africanos oferecidos no Valongo constituíam um grupo mais homogêneo do que os vendidos em outros lugares. Geralmente, estavam entre dez e vinte e quatro anos de idade. Na alfândega, o imposto era cobrado apenas sobre escravos maiores de três anos de idade, embora os menores fossem também registrados (FURQUIM, 2005, p. 68). Na contagem dos africanos, dois termos eram usados para as crianças: “cria do peito” (os bebês) e “cria de pé” (começando a andar).

Depois de comercializado e determinado seu novo dono, o escravo passava a integrar o patrimônio do senhor de escravos. Tal situação, aos olhos da sociedade escravagista, era tão comum como adquirir um bem material, na sociedade contemporânea. Alguns estudiosos chegam a afirmar que “durante muito tempo, poucas foram as manifestações contrárias ao regime escravista ocorridas em todo o mundo, mas essas eram tão isoladas, que se perdiam em meio à profusão e aceitação coletiva do sistema” (TRIPOLI, 2006, p. 22).

Para Ronaldo Vainfas, as obras literárias dos séculos XV a XVIII também espelhavam essa “consciência social”. Entre os autores analisados por ele, em *Ideologia e escravidão,* estão padre Antônio Vieira e Manuel Ribeiro da Rocha. Vainfas afirma que os textos das letras coloniais tratam a escravidão de forma aleatória, mencionada apenas de modo eventual. Isso caracteriza que o fenômeno escravagista tinha pouco valor social e demonstra, também, que a escravidão era, para a sociedade da época, apenas um “fato natural e não um fato social” (TRIPOLI, ibidem, p. 22).

Entretanto, não foi apenas a escrita colonial que condicionou a escravidão a um formato natural. Escritores dos séculos subsequentes ao período colonial também registraram, em suas obras, a escravidão no formato social que lhe foi

imputado. Mesmo nas obras literárias, o escravo era visto como “coisa”, um “instrumento de trabalho” necessário ao desenvolvimento, primeiramente, da colônia e, posteriormente, do Brasil império. Ter escravos era sinônimo de honra e respeito. Possivelmente, esse fato explica o registro na história de vários casos em que, depois de alforriado, o ex-escravo procurava, sempre que possível, adquirir também sua “peça”.

A obra *“Conquistadores e negociantes”,* de Roberto Guedes, no capítulo intitulado *De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)*, apresenta um exemplo claro do que foi exposto no parágrafo anterior. O referido capítulo mostra um estudo sobre a mobilidade social em uma sociedade escravagista e apresenta uma análise da ascensão social do alferes Joaquim Barbosa Neves que, em 1828, ano de sua morte, atingiu o patamar de senhor de 41 escravos, integrando desta forma à elite escravista local.

Roberto Guedes faz a trajetória de Joaquim Barbosa Neves de modo a demonstrar como ocorreu sua ascensão de escravo a senhor. O trecho abaixo comprova o comentário:

> Joaquim nasceu escravo, pois sua mãe devia ser escrava. Já em 1813, Joaquim tinha 34 anos de idade e sua esposa, 22. No domicílio, estava agregada a mãe de Joaquim, Ana Maria, 54 anos, viúva, parda. Joaquim vivia do ofício de alfaiate e possuía uma loja de fazenda. O casal ainda não tinha filhos, mas era senhor de dois escravos africanos adultos. Em 1815, aos 35 anos, ele era soldado miliciano, mascate de fazenda seca e pai de dois filhos, Maria e Joaquim. Havia dois agregados pardos e três escravos adultos em idade produtiva. (FRAGOSO, 2007, p. 356)

A narrativa do século XVIII, em especial a machadiana, em análise, procura descrever a sociedade escravista dentro dos seus próprios valores comportamentais. A diferença, no caso de Machado, está no tom irônico, às vezes claro, outras vezes subentendido. O certo é que sua ironia é a arma mais corrosiva da crítica dos comportamentos, dos costumes e das estruturas sociais. Como bem observa Achcar (1999, p. 10-11):

> Uma das características mais atraentes e refinadas de Machado de Assis é sua ironia, uma ironia que, embora chegue francamente ao

> humor em certas situações, tem geralmente uma sutileza que só a faz perceptível a leitores de sensibilidade já treinada em textos de alta qualidade. Essa ironia é a arma mais corrosiva da crítica machadiana dos comportamentos, dos costumes, das estruturas sociais. Machado a desenvolveu a partir de grandes escritores ingleses que apreciava e nos quais se inspirou. Na representação dos comportamentos humanos, a ironia de Machado de Assis se associa àquilo que é classificado como o seu grande poder analista da alma humana.

Esta aceitação natural do escravismo perdurou no Brasil por mais de trezentos anos e teve como característica marcante o fato de o escravo ser uma propriedade de outro ser humano. Dessa forma, o escravo era uma "propriedade viva" e, como tal, estava submetido a quem lhe possuísse. Era um "bem" objeto, sujeito a qualquer tipo de transação mercantil. Assim, o seu senhor podia vendê-lo, alugá-lo, doá-lo, transmiti-lo por herança ou legado, penhorá-lo, hipotecá-lo, exercer, enfim, todos os direitos legítimos de dono e proprietário. Tinha o direito de utilizar sua força de trabalho como lhe conviesse, conseguir do escravo o maior proveito possível e em troca assegurar-lhe apenas a subsistência necessária para sua manutenção.

Mas o negro não ficou apático a essa condição de escravo. Durante os séculos em que durou o escravismo, ele, à sua maneira, reagiu e procurou fugir de tal condição. Várias rebeliões ocorreram, muito embora pouco se conheça sobre elas, já que as autoridades máximas eram os próprios senhores de escravos e estes tinham interesses em não propagar tais rebeliões. A que mais repercussão teve foi a Revolta dos Malês, em 1835 na Bahia. De acordo com o historiador Reis (2000, p. 135):

> durante o levante, seus seguidores ocuparam as ruas usando roupas islâmicas e amuletos contendo passagens do Alcorão, sob cuja proteção acreditavam estar de corpo fechado contra as balas e as espadas dos soldados. (REIS, 2000, p. 135)

As rebeliões eram formas de resistência coletiva, entretanto havia aqueles escravos que buscavam a solução para o escravismo na resistência individual por meio da desobediência às ordens do seu senhor, fuga, assassinato destes e, até mesmo, o suicídio. A depressão profunda, denominada *banzo*, também era causa de morte de muitos cativos, pois levava à inanição.

Qualquer que fosse o tipo de resistência causava pânico aos senhores de escravos. Isso porque os mesmos temiam por suas vidas e pela vida de seus familiares, além de temerem perder o dinheiro investido na compra de seu "bem". Uma das formas de resistências que os senhores mais temiam, entretanto, eram os quilombos. A palavra quilombo tem origem africana. Na África, Kilombo era acampamento militar dos jagas (guerreiros imbangala). Para Karasch (2000, p. 408), o quilombo era:

> Um dos lugares de refúgio mais perigosos para um fugitivo [...]. Apesar dos riscos, os quilombos eram tão atraentes que numerosos fugitivos iam para os existentes nas cercanias da cidade. Na primeira metade do século XIX, à medida que mais e mais africanos chegavam ao Rio, a quantidade de quilombos aumentou, tornando-se uma ameaça para os senhores de escravos da cidade.

Mais do que isso, os quilombos se fizeram necessários por ser uma forma de luta contra o sistema escravista. Como resposta, este sistema gera direitos contra a moral e, com força coercitiva, viola direitos sociais do homem por dois motivos: primeiro porque enfraquece a moral e a religião e, segundo porque faz do trabalho uma ocupação rebaixada.

A escravidão foi uma instituição, simultaneamente, política e econômica e sua sustentação foi pautada em medidas coercitivas e legais para o estabelecimento da conduta do escravo e não admitindo a formação de modelos alternativos de organização social. Isso tornou possível a dominação de uma raça e a formação de dois grupos na sociedade: a classe dos escravistas e a classe dos escravizados. Mas, a escravidão estaria em processo de extinção, já que aumentava o antagonismo entre ela e a moral da época. Isso é perceptível porque em idos de 1830 o tráfico negreiro já era visto como um ato criminoso, portanto deveria ser punido como tal.

Nesses termos, é estabelecido um acordo entre Brasil e Inglaterra prevendo o fim do comércio negreiro. Mas, ao contrário do que esperavam os ingleses, é nesse contexto que ocorre o apogeu do tráfico, tornando-o contrabando. Como solução para o problema, o parlamento britânico aprova uma lei que é um ultraje à soberania nacional, ao tempo em que torna a Inglaterra a "defensora da humanidade". Assim, em 1845 a lei Bill Aberdeen

permitia a captura de navios negreiros brasileiros, por parte da Marinha de Guarda Inglesa. Isso tornou o tráfico de negros para o Brasil mais difícil e, por conseguinte, menos lucrativo.

Os políticos brasileiros se declararam contra o tráfico apenas por conveniência, entretanto a prática do regime escravista continuava a ser "viável" economicamente para o país, pois a mesma proporcionava o progresso econômico e financeiro do mesmo. Somente em 1850 é que o imperador D. Pedro I, por meio da lei Eusébio de Queirós, declara extinto o fim do tráfico de escravos. Embora ainda estivesse faltando quase quarenta anos para a extinção do sistema escravagista, é neste momento que a campanha abolicionista teve início.

A campanha abolicionista inicia-se com a lei Eusébio de Queirós, mas somente após a Guerra do Paraguai (1864 a 1870) é que ela toma um impulso maior, porque os escravos, que voltavam da guerra condecorados, se recusavam a servir seus antigos senhores, na condição de cativos. Esse conflito ocasionou uma maior pressão do exército brasileiro sobre o governo imperial para tornar livres os escravos que lutaram na guerra.

O romance machadiano *Iaiá Garcia* (1878) aponta como uma obra literária que dá um passo decisivo rumo a uma transformação significativa na produção literária de Machado de Assis. Este mérito se deve ao fato do romance refletir acerca dos óbices da modernização e sobre a crise do Segundo Reinado, após a Guerra do Paraguai e a Lei do Ventre Livre, tema implícito do romance. Um dos entraves do Segundo Reinado parece ter sua gênese na recusa de ex-combatentes negros, que lutaram na Guerra do Paraguai, de retornarem à condição de cativos. Assim, o problema que era social passa a ser político e terá que ser resolvido pela elite dirigente do Império.

Embora, de forma subjacente, a Lei do Ventre Livre (1871) é um tema corrente em *Iaiá Garcia*. Ela é considerada a primeira lei abolicionista, mas possuía poucos efeitos práticos sobre o sistema escravista vigente, visto que os *"*filhos de escravos nascidos a partir daquela data*"* (BRASIL, 1871) eram livres, entretanto permaneciam sob os cuidados de seus senhores até a maioridade de 21 anos.

Machado de Assis, de forma implícita, aborda essa temática em *Iaiá Garcia* e a retoma, com mais força alegórica, em outros dois romances: *Quincas*

Borba e *Dom Casmurro*. Para Chalhoub (2003, p. 45), o autor de *Iaiá Garcia* procura, em suas obras, não só traduzir os acontecimentos de seu tempo como também avaliar as consequências de tais acontecimentos:

> Como fez questão de registrar em inúmeros textos, Machado de Assis considerava decisivos os anos de agitação política e social que culminaram na promulgação da lei de 28 de setembro de 1871 e, de fato, muito daquilo que escreveu nas décadas seguintes tinha a preocupação de interpretar os acontecimentos daquele período, assim como avaliar as consequências. A crise havia prolongado um distanciamento crítico que não tinha volta.

Em suma, o que se vê, por meio da análise de Challoub, é o início de uma produção literária machadiana, a partir da obra *Iaiá Garcia*, em que se encontra um Machado de Assis preocupado em traduzir a crise por qual passava o Império naquele momento. Seu texto explora criticamente os acontecimentos políticos e sociais de seu tempo, embora de forma implícita, porém visível, muitas vezes, apenas àqueles leitores mais atentos.

Talvez seja esclarecedor lembrar que Machado de Assis esteve à frente da segunda seção da Diretoria da Agricultura, do Ministério da Agricultura, encarregada de acompanhar a aplicação da lei do Ventre Livre, no período de 1870 a 1880, que coincide com todo o debate social e político acerca do tema da escravidão e culmina com a promulgação da referida lei. Sidney Chalhoub (2003) é categórico em afirmar que ambos os "Machados" foram envolvidos pela polêmica, ou seja,

> o romancista esmerou-se em mostrar em seus escritos que a polidez e a aparente civilidade de senhores e proprietários assentavam-se na violência e no arbítrio, ainda que sugerisse também a capacidade dos dependentes em penetrar tal ideologia e torcê-la na busca de objetivos próprios [...]. O funcionário trabalhava para submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei. Acreditava na importância do poder público para disciplinar a barbárie senhorial. (CHALHOUB, 2003, p. 138-139)

Para o historiador, "a experiência histórica de 1871 ajudou a delinear uma nova personagem literária: Machado de Assis" (CHALHOUB, p. 138). Ele acredita que o romancista forma-se ao longo dos anos de 1870, por meio do diálogo entre o funcionário público e o cidadão. Não se pode negar que a virada

ocorrida na obra machadiana está relacionada à experiência do autor como funcionário e seu envolvimento com a Lei do Ventre Livre, no momento de sua aplicação. Assim, o historiador acredita que a "famosa virada narrativa do romancista" (CHALHOUB, p. 131) ocorreu justamente entre os anos de 1878 e 1880, ou "entre *Iaiá Garcia* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*".

Após a Lei do Ventre Livre, em 1885 o governo imperial promulga mais uma lei abolicionista: a Lei dos Sexagenários. A referida lei libertava os escravos com mais de 60 anos de idade. Ela possuía pouco efeito prático e, seguramente, beneficiava mais aos senhores donos de escravos do que aos escravos. Estes, dificilmente atingiam a idade exigida pela lei para alcançarem o benefício da liberdade. Em caso contrário, os escravos com mais de 60 anos que se tornavam livres não tinham como prover seu próprio sustento. Outro aspecto relevante desta lei era o fato de que os escravos com 60 anos ou mais só eram libertos caso seus proprietários recebessem o devido pagamento relativo ao valor do escravo.

A luta pela emancipação da escravidão no Brasil crescia na medida em que aumentavam os adeptos do movimento abolicionista. Eram intelectuais e políticos que formavam a Sociedade Brasileira contra a escravidão e dela participavam nomes importantes como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. A partir de então várias outras sociedades foram criadas e agrupavam os demais grupos que compunham a sociedade. Assim, se juntavam ao movimento abolicionista artistas, jornalistas, escritores, parlamentares entre outros. Além de disseminar a ideia a todos, por meio de apresentações, publicações, procuravam angariar dinheiro para o pagamento da carta de alforria de muitos escravos.

Aos poucos a abolição do regime escravista se tornava uma realidade concreta. No estado do Ceará, por exemplo, a repulsa à escravidão humana fez com que em Fortaleza, no ano de 1879, fosse criado um movimento emancipatório denominado "Presença do Porvir" e a partir deste, surgem vários movimentos em prol da abolição dos escravos. Em 1880, é fundada a Sociedade Libertadora Cearense com 225 sócios, tendo como presidente provisório João Cordeiro. No ano seguinte, surge o jornal *O Libertador*. É nesse contexto que, em 25 de março de 1884, a província do Ceará extinguiu o sistema escravista em seu território, quatro anos antes da Lei Áurea. É

necessário enfatizar que, em termos de marcos históricos, o primeiro núcleo urbano do Brasil a emancipar seus escravos foi a cidade de Acarape (atual município de Redenção, no Ceará), no dia 1º de janeiro de 1883 e em 24 de maio, do mesmo ano, Fortaleza faz o mesmo.

Não se pode esquecer que, paralelo a esses movimentos sociais em prol da extinção do regime escravista, existia a significativa luta dos próprios escravos. Muitos deles fugiam de seus cativeiros e juntavam-se aos movimentos sociais desenvolvidos nas cidades. As campanhas abolicionistas se misturavam à campanha republicana, esta apoiada pelos militares, insatisfeitos com o Império. Dessa forma, o exército acaba por contribuir com a campanha abolicionista, na medida em que se recusava a caçar escravos fugitivos. Houve, ainda, o apoio dos países europeus por meio de suas campanhas abolicionistas.

É nesse contexto, que o governo imperial sucumbe às pressões políticas e emancipa, em todo território brasileiro, o regime escravista em 13 de maio de 1888. Este ato teve como principal consequência política a proclamação da República no Brasil. Isso ocorre devido à insatisfação dos antigos senhores de escravos com a atitude do governo de abolir a escravidão e não ressarcir os mesmos pelas suas “perdas”. Insatisfeitos, os fazendeiros aderem ao Movimento Republicano e o Império Brasileiro perde sua última coluna de sustentação política.

3.2 O escravismo infantil no Brasil

O centro desta dissertação é a análise de alguns dos fatores que marcaram a escrita machadiana na construção da personagem do negro cativo, a partir da infância. Dessa forma, é oportuno citar alguns aspectos do escravismo infantil no século XIX. Para isso, é necessário percorrer os anais da história e demonstrar, embora de forma superficial, a situação da criança negra desse período.

A análise dar-se-á de forma discreta por dois motivos: o primeiro justifica-se devido ao fato de que a própria historiografia acerca do tema é bastante restrita. Isso porque os registros oficiais entre Lisboa e Bahia ou Rio de Janeiro não se interessavam sobre o cotidiano das pessoas, muito menos das crianças negras. Segundo Scarano (2010, p. 107):

> [...] As autoridades locais, quando escreviam para os centros do poder no momento, não estavam interessados em modos de viver, só se preocupavam com a situação dos “povos” quando havia perigo de revolta e outros problemas, sem se interessarem pela população infantil.

Percebe-se com isso que só será possível entender o cotidiano das crianças cativas, no período relativo ao escravismo brasileiro, por meio de uma historiografia escrita nas entrelinhas, de forma indireta. Esse entrave, entretanto, pode ser transposto, visto que se é possível compreender as relações sociais vivenciadas entre as crianças cativas e os seus senhores, por meio, inclusive, da escrita ficcional. Por outro lado, mesmo que de forma indireta ou nas entrelinhas, o estudo acerca do escravismo brasileiro é imprescindível para a compreensão dos romances que se pretende analisar nesta pesquisa. Assim, conclui-se que tanto a historiografia contribui para o entendimento da produção ficcional, como esta pode elucidar a historiografia.

Segundo, porque esse tema é apenas suporte para uma melhor compreensão, como já foi dito, dos romances centrais da pesquisa. É indubitável que, a compreensão do cotidiano e das relações sociais dessa facção da sociedade, servirá para justificar a construção das personagens negras, desde a infância, na narrativa realista e comprometida com o social da escrita machadiana. É relevante lembrar que as personagens que protagonizam este estudo tiveram suas identidades construídas com base em influências sociais distintas.

O tipo de tratamento dado à criança negra, no período escravista, é descrito e analisado por alguns escritores, mas, entre estes, não há um consenso. Maria Lúcia Barros quando se refere ao tratamento e cuidados necessários à saúde da criança, nos primeiros anos, afirma que não há uma distinção entre as livres e as cativas.

> Do nascimento até aos dois anos, geralmente a criança desfrutava do zelo e do aconchego da casa-grande. Os moleques passavam o dia ao lado das crianças livres, seus futuros senhores, e brincavam durante todo o tempo em que a mãe trabalhava. Com o passar dos anos, os cuidados e carinhos que os senhores tinham para com as crianças escravas começam a cessar, e chega o momento crucial de se aprender a ser escravo,

> deixar as brincadeiras na sala e nos quintais da fazenda para enfrentar a dura rotina de tarefas (MOTT, 1979, p. 60-61).

Mary Del Priore (2007) concorda com essa discussão, mas faz ressalvas. Para a autora, a infância está dividida em três fases e estas variam de acordo com a condição social e jurídica de seus pais. A primeira inicia-se com o nascimento e se estende até os três ou quatro anos e na terceira e última fase a criança iniciava a etapa de aprendizado para os infantes, que seria a prática de pequenos trabalhos, ofícios ou estudo das letras nas escolas régias. Mas, Mary Del Priore chama atenção para a posição econômica e o *status* da família, além de acentuar que a realidade da criança escravizada, era diferenciada dos filhos dos senhores de escravos.

O cotidiano das crianças escravas, até os cinco anos de idade, era caracterizado pelo convívio dessas com os filhos do senhor. A separação, entretanto, ocorre quando, a partir dos sete anos, as crianças terão ocupação diferenciada. Enquanto os filhos do senhor de escravos iniciavam os estudos das letras, as crianças negras aprendiam a serem escravas, convivendo e participando da rotina dos pais e de outros escravos da senzala.

A literatura ajudou a incutir na mentalidade brasileira a imagem da criança negra, companheira de brincadeiras e de infância da criança branca. Esta, já na primeira infância, ganhava de “presente” um escravinho para aprazer os caprichos dos sinhozinhos a que pertenciam. Entretanto, nem sempre os “brinquedos” que os sinhozinhos ganhavam eram tratados com carinho. A criança “proprietária” do menor escravo era a responsável por iniciar a saga de sofrimentos que este iria ter até o fim de sua vida. Gilberto Freire é um dos autores que, retomando alguns estudiosos, apresenta trechos do trabalho dos mesmos para demonstrar as agruras por que passavam as crianças cativas. Assim, retomando Henry Koster, o sociólogo afirma:

> Logo que a criança deixa o berço [...] dão-lhe um escravo do seu sexo e de sua idade, pouco mais ou menos, por camarada, ou antes, para seus brinquedos. Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce os seus caprichos, empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e em punição [...]. Enfim, a ridícula ternura dos pais anima o insuportável despotismo dos filhos (FREIRE, 2006, p. 454).

Freire lembra do “mórbido deleite em ser mau” (FREIRE, 2006) das crianças brancas e filhos de senhores de escravos. O autor afirma que isso é característica “de todo menino brasileiro atingido pela influência do sistema escravocrata” (FREIRE, 2006). Ele lembra também da possível afinidade com o menino Brás Cubas quando afirma:

> Não há brasileiro de classe mais elevada, mesmo nascido e criado depois de oficialmente abolida a escravidão, que não se sinta aparentado do menino Brás Cubas na malvadeza e no gosto de judiar com o negro (FREIRE, ibidem, p. 336).

Uma das formas de crueldade praticadas pelas crianças brancas contra as negras consistia em utilizar o cativo como cavalo. Freire assinala este tipo de brincadeira: um barbante servia de rédea; um galho de goiabeira, de chicote. Dessa forma, os moleques serviam ao seu amo de todas as formas, mesmo nas brincadeiras mais brutais dos filhos dos senhores de escravos: “eram bois de carro, eram cavalos de montaria, eram bestas de almanjarras, eram burros de liteiras e de cargas as mais pesadas. Mas principalmente de cavalos de carro” (FREIRE, ibidem, p. 336).

Embora esse tratamento pareça algo extremante cruel, ele expressa a real situação a que estavam submetidos os negros no Brasil e, em especial, a criança negra. Os documentos datados do século XIX e os relatos dos viajantes são os fornecedores das indicações dos abusos cometidos contra as crianças cativas. Fazem parte dos relatórios de chefes de polícia uma lista enorme de abusos físicos, assassinatos de pequenos cativos, entre outros castigos que sequer chegavam ao conhecimento de alguém, muito menos da polícia. Afinal, o escravo era um bem e como tal deveria ser tratado. Isso tudo sem mencionar o fato de que muitas vezes a criança era submetida, ainda bebê, a separar-se da mãe, pois uma ou outra era vendida. Há relatos que esses casos ocorriam, principalmente, quando a criança negra era fruto de um relacionamento “amoral” entre a escrava e o senhor de escravos, talvez para esconder o crime contra a moral e os bons costumes da sociedade da época.

Em qualquer situação, o que se percebe é que os abusos cometidos contra essas crianças deixaram marcas irreversíveis e que ajudaram a construir de alguma forma o modo de pensar e agir desses pequenos e destes quando

adultos. Por isso, a relevância do estudo, mesmo que superficial, da historiografia das crianças cativas. No momento em que se compreende o cotidiano de sofrimento das crianças cativas e relaciona-o com o explorado na obra de Machado de Assis é possível compreender a postura do autor frente à essa problemática.

4 A ESCRITA AFRODESCENDENTE

4.1 Compreendendo a literatura afro-brasileira

Inicia-se um processo de aculturação no Brasil, com a chegada dos portugueses. Esse processo muito contribuiu para a formação de uma literatura moldada por ideologias dominantes em que um grupo social é afetado mais intensamente: o negro. Sempre visto como um objeto ou "um mero figurante" (DUARTE, 2007, p. 161), nas produções literárias, ele é colocado dentro de uma ótica dominada pelo branco. Como consequência, o cenário é sempre o mesmo, seja na prosa, na poesia ou no teatro: o negro é caracterizado apenas como escravo, inferiorizado etnicamente e ignorado no seu aspecto cultural. Para alguns escritores esse contexto "está em perfeita homologia com o lugar ocupado pelo negro naquele momento histórico" (DUARTE, ibidem, p. 162).

O negro é representado, portanto, como um sujeito silenciado culturalmente, inferior e diante de uma raça que se julga superior. É interessante ressaltar que nesse ápice de representatividade negativa deste elemento social, o Brasil vive o contexto de desenvolvimento das ciências, quando as raças passam a ser observadas nos moldes do cientificismo positivista. Surgem teorias raciais, como o darwinismo social que pensava a civilização e suas práticas sociais dentro de valores pautados em um determinismo biológico. Relembrando: cientificamente era pensado que certas sociedades e civilizações eram mais evoluídas que outras, beneficiadas pela natureza e essa seleção entre melhores e piores efetivava-se pela competição entre raças. Para os "pensadores" de então, o negro pertencia à raça inferior por ser sub-humano e não ser capaz de se adaptar ao ambiente, portanto fadado a desaparecer.

Por mais que o negro já tenha sido pensado de forma negativa, é a partir de uma escrita afrodescendente que se reforça sua representação na literatura. Não se pode esquecer que a escrita que coloca o negro silenciado e estereotipado era produzida por uma elite branca, dominante e que seguia um padrão homogêneo, ditado por cânone literário plenamente aceito na época. Oficializa-se, dessa forma, a escrita de um determinado grupo social em detrimento de outros que não estariam de acordo com as normas.

A escrita machadiana, no início, obedece a esse padrão homogêneo, entretanto aos poucos vai dando voz ao negro e inserindo especial ironia a esse contexto da escravidão. No conto “Pai contra mãe”, por exemplo, a crítica ao escravismo já é explícita e o autor abandona o individual em prol do coletivo num protesto claro à instituição escravista que era amparada pelo jurídico-institucional. Sobre esse conto Schmidt declara:

> terá sido de fato um indiferente à desgraça de uma raça a que ele próprio estava ligado por metade do seu sangue, quem soube condenar a escravidão de maneira tão completa em páginas de um desinteresse aparente, mas em que o mal da escravidão é estigmatizado de maneira tão cabal e impressionante? [...] A não ser o grande e tumultuário canto de Castro Alves – essa nota desesperada, magnífica, elementar e bravia, que é o Navio Negreiro – não creio que, entre nós, nada de mais pungente se tenha escrito sobre a escravidão do que a história de Machado de Assis, “Pai contra mãe”. História comum, de certo, mas que concentração de fatos dramáticos, que penetração de nervo de uma tragédia que toca às nossas fibras. A um homem que soube e pode escrever páginas assim, e outras mais, não será injusto o considerarmos um indiferente? (*apud* PEREIRA, 1988, p. 78-79).

Mesmo no início de sua produção literária, Machado já garantia ao negro uma posição de destaque colocando-o, em parceria, algumas vezes, com os protagonistas da narrativa, embora em condição de submissão. Em *Helena*, terceiro romance machadiano, encontra-se a figura do cativo Vicente, uma espécie de pajem da protagonista. Para Duarte (ibidem, p. 165):

> Ao contrário dos romances anteriores, em *Helena* o negro ganha espaço e tem sua condição submissa vinculada à da protagonista. Machado aproxima a opressão de classe à de gênero, colocando ambas como oriundas do sistema patriarcal que sustenta o poder dos senhores.

Percebe-se com isso que, embora muitas vezes de forma camuflada, buscou-se através da escrita machadiana denunciar a invisibilidade e o preconceito sofridos pelo negro, dentro de um contexto social escravista. É salutar frisar, ainda, que outros autores negros também procuraram por meio de seus escritos fazer semelhante denúncia. Escritores como Luís Gama (1830-1882), Lima Barreto (1881-1922), Maria Firmina dos Reis (1825-1917) e Solano Trindade (1908-1974), mas estes tiveram seus escritos esquecidos devido ao

fato de não pertencerem à literatura oficial. Para contrapor a esta escrita canônica e objetivando recuperar uma identidade esquecida, surge a escrita Afro-Brasileira que representa, de outra forma, o que antes era considerado marginal, assim:

> A partir do ano de 1978, alguns escritores com intuito de trabalhar com a figura do negro no Brasil, assim como materializar-se por serem eles próprios vítimas das estereotipias impostas dentro do círculo literário e intelectual, surge o primeiro exemplar dos Cadernos Negros, livro que reunia, e ainda reúne, contos e poemas que tinham como princípio a valorização da imagem do negro em uma literatura elaborada por eles próprios, já refletindo o desmembramento, a descontinuidade e a descentralização proposta pelas literaturas pós-modernas, pois não se trata mais do negro escravo, alienado ou objeto do senhor como se observava até então, mas sim como um participante da sociedade com sentimentos, prazeres e sensações. (SILVA, 2010, p. 23)

Há uma literatura afrodescendente em processo de construção, na medida em que ele passa de estereótipo para sujeito da própria ação. Cria-se com isso, condições para fundamentar e resgatar uma identidade do negro deturpada por uma elite colonialista que o via apenas como cativo, sem humanidade e sem direito a voz. Assim, é que o discurso literário relacionado a esse tema foi sempre colocado sob duas perspectivas: uma em que o negro é colocado na condição de objeto e a outra em que ele ocupa a condição de sujeito, ou seja, na história da literatura coexistem uma escrita sobre o negro e a escrita do negro.

A literatura nacional, iniciada oficialmente no século XIX com o Romantismo, colocou em evidência a figura do negro. Entretanto, o discurso literário relacionado a esse tema aponta duas perspectivas distintas: uma em que o negro é colocado na condição de *objeto* e a outra em que ele ocupa a condição de *sujeito*. A primeira pode ser explicitada por meio dos escritos literários que vão do século XVII até o modernismo, já a segunda engloba o século XIX chegando à contemporaneidade.

4.2 Representação do negro como estereótipo

Costuma-se atribuir a expressão "*visão distanciada"* à escrita de textos caracterizada por uma perspectiva ideológica do branco. Neles, o negro ou descendente de negro é uma personagem, geralmente, estereotipada, com comportamentos distantes de sua realidade histórico-cultural. É nessa perspectiva que o negro assume a condição de ser representado, de ser objeto, pois nada mais é do que um estereótipo do branco colonizador.

Para Brookshaw (1983), o estereótipo é definido como um prejulgamento de um indivíduo em relação a outro. Isso se dá devido à categoria a que ele(a) pertence. Geralmente, a categoria de que se vale para atribuir um estereótipo a outra pessoa é a étnico-racial. Observa-se que na literatura brasileira, a partir do século XIX, sempre se valeu de possíveis representações do negro, por meio da caracterização estereotipada. Uma das mais frequentes nos textos da ficção brasileira foi a do *escravo nobre*. Este se apresenta como um indivíduo dócil, submisso aos seus senhores. Essa visão perpetuou-se, daí sua permanência até os dias de hoje, com as devidas variações.

Raimundo, de *Iaiá Garcia*, é um exemplo, aparente, desse escravo nobre enquadrado perfeitamente nesse conceito. Fiel ao seu senhor, recusa com indignação a liberdade concedida. Traduz a imagem do bom escravo, aquele que se domestica, expondo certa felicidade: a imagem dócil do negro seduzido ou intimado diante do poder:

> Raimundo parecia feito expressamente para servir Luís Garcia. Era um preto de cinquenta anos, estatura mediana, forte, apesar de seus largos dias, um tipo de africano, submisso e dedicado. Era escravo livre. [...] Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu. (ASSIS, p. 14)

Entretanto, o Raimundo dedicado e submisso que o leitor encontra numa leitura superficial do romance difere daquele Raimundo que insiste em manter vivas suas raízes, entoando catingas de sua terra e que, ao desobedecer as ordens de sua sinhazinha, contribui para mudar o destino das personagens que protagonizam a obra. A atitude de Raimundo parece, num primeiro momento, ser pouco significativa, sem nenhuma importância. Com o desfecho da narrativa, o leitor compreenderá que suas ações foram pensadas magistralmente para

alcançar o objetivo que ele desejava. O Raimundo que, até então, era submisso e alheio às ações do enredo, passa a ser visto como elemento transformador e com certa influência na narrativa. Portanto, longe de ser aquele personagem estereotipado, mencionado anteriormente.

Outro exemplo aparente, na obra machadiana, desse tipo de personagem é o cativo Vicente, uma espécie de "pajem de Helena e um dos personagens de relevo na trama, por facilitar e acobertar os encontros da personagem com seu pai verdadeiro" (DUARTE, 2007, p. 165). Vicente, além de serviçal particular de Helena, era seu defensor entre os cativos na senzala:

> [...] Despida de interesse, porque a esperança da liberdade, se a podia haver, era precária e remota, a afeição de Vicente não era menos viva e sincera; faltando-lhe os gozos próprios do afeto, — a familiaridade e o contato, — condenado a viver da contemplação e da memória, a não beijar sequer a mão que o abençoava, limitado e distanciado pelos costumes, pelo respeito e pelos instintos, Vicente foi, não obstante, um fiel servidor de Helena, seu advogado convicto nos julgamentos da senzala. (ASSIS, 2013, p. 33-34)

Percebe-se que Vicente agia de acordo com suas convicções, sem nenhum interesse particular. Profundo conhecedor que era da situação de Helena, formulava argumentos para usar na defesa desta. Analisando a narrativa percebe-se ainda que o cativo Vicente seja além de "pajem", um personagem que se assemelha à protagonista Helena em outro aspecto: os dois são membros de uma sociedade preconceituosa que não só discrimina apenas o negro e sua condição, mas, também, qualquer outro integrante que não pertença ao padrão de pureza pré-estabelecido pela escrita. Assim, "Machado aproxima a opressão de classe à de gênero, colocando ambas oriundas do sistema patriarcal que sustenta o poder dos senhores" (DUARTE, ibidem, p. 165). Fica claro, portanto, que Machado de Assis buscou em seus escritos, principalmente nos contos e nos romances, representar o negro como vítima de um sistema opressivo. Ressalta-se, ainda, que o autor enfatiza o processo de vitimização, descrevendo cenas de extrema violência contra o negro, desde castigos físicos até a morte. O caso da vara, Pai contra mãe e Mariana são alguns dos contos machadianos em que o cativo sofre os mais variados tipos de violação física e mental.

A violência também ajuda a perpetuar a representação do negro como objeto na medida em que ela é banalizada e deixa marcas na personalidade do mesmo. É o caso de Prudêncio, personagem de *Memórias póstumas de Brás Cubas* que ao se tornar liberto trata, tempos depois, seu escravo da mesma forma que foi tratado pelo seu senhor. Esse aspecto é analisado criticamente por Roberto Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo* (2008). O autor defende que as obras machadianas assinalam os danos causados à mente do escravo por conta do escravismo, impossibilitando-o de ver o outro como a si mesmo.

Ainda sobre esse aspecto, Faoro (2001, p. 366) analisa:

> [...] O liberto adquire a condição, embora mínima e limitada, de transferir os agravos recebidos, as pancadas sofridas, a outrem. A alforria significava uma ascensão social: galgado o primeiro degrau, o homem sai da condição de saco de afrontas, para o qual não há a possibilidade de reação. A liberdade se identifica com o status na sociedade, acrescido do arbítrio de castigar, repreender e punir. O liberto adquire a faculdade de ser mau – faculdade que a escravidão lhe negava [...]

O que se evidencia nesta análise é que o negro ao receber a condição de forro assumia um novo *status* social, que lhe possibilitava uma postura diferente. No caso de Prudêncio há um agravante: embora tenha se tornado forro carregava em seu inconsciente a mesma servidão de cativo para com Brás Cubas, pois quando o mesmo ordenou-o que deixasse em paz o "infeliz" escravo, este lhe obedece prontamente:

> – Fez-te alguma coisa?
> – É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade...
> – Está bom, perdoa-lhe, disse eu.
> – Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra pra casa, bêbado. (ASSIS, 2010, p. 110)

Outro tipo de personagem que representou a condição do negro como objeto, entretanto, paradoxal à postura de Prudêncio é a daquele cativo devotado ao seu senhor e sua família. Na escrita machadiana cita-se o conto Virginius e Cantiga de esponsais, além do romance *Iaiá Garcia*. Faoro (ibidem, p. 365) escreveu:

> [...] o escravo, vinculado a uma família, nela se absorvia, não resignadamente, pois resignação supõe revolta íntima, mas com o aniquilamento da personalidade. Mesmo liberto (como o Raimundo de *Iaiá Garcia*), conservava a comunhão aos senhores, sem reservas, sem a amarga reação de haver sacrificado o destino individual. Os exemplos são muitos: o compositor Romão Pires tem no pai José, ex-escravo, 'a sua verdadeira mãe' (*Cantiga de esponsais*). A senzala provocara, na dedicação ao dono, emulações de afeto.

O autor, nesta análise, caracteriza o comportamento de alguns negros, nas obras machadianas, mesmo após ser considerado um homem livre, comprovado aqui pelo trecho:

> [...] Jantou, saiu, caminhou para a Rua da Mãe dos Homens, onde reside, com um velho, pai José, que é a sua verdadeira mãe, e que neste momento conversa com uma vizinha.
> [...]
> - Mestre Romão lá vem, pai José, disse a vizinha.
> - Eh! eh! adeus, sinhá, até logo.
> Pai José deu um salto, entrou em casa, e esperou o senhor, que daí a pouco entrava com o mesmo ar do costume. (ASSIS, 1971, p. 112)

É predominante na escrita machadiana a figura do negro livre submisso ao senhor. Por outro lado, a figura da escrava liberta é mais rara de se encontrar. Encher o tempo é um conto que foi publicado originalmente no *Jornal das Famílias*, de 4/1876 a 7/1876. Nele é representada a figura de uma escrava liberta: tia Mônica. Assim como pai José, do conto Cantiga de esponsais, esta personagem é uma espécie de mãe para Lulu. As duas moram com o padre Sá, que é tio da moça:

> [...] A tia Mônica, de quem se falou em um dos capítulos anteriores, era uma preta velha, que havia criado a sobrinha do padre e a amava como se fora sua mãe. Era liberta; o padre deu-lhe a liberdade logo que morrera a mãe de Lulu, e Mônica ficou servindo de companheira e protetora da menina, que não tinha outro parente, além do padre e do primo. (ASSIS, 1971, p. 4).

A ama de leite, a mãe preta que por imposição dedica-se inteiramente a sua sinhazinha e depois, mesmo liberta, não consegue se desvencilhar dos laços afetivos gerados dessa união e cumplicidade entre mãe e filha postiça. A

personagem integra o rol de figuras do negro, comumente representada na literatura brasileira e como não poderia deixar de ser, aqui, também descrita por Machado.

Embora Encher o tempo seja uma obra pouco conhecida de Machado de Assis, publicada postumamente, ela assemelha-se, em alguns aspectos, a um dos romances que serão analisados no capítulo V deste texto: *Iaiá Garcia*. Sobre ela Sayers (1958, p. 397-398) escreveu:

> [...] Em 'Encher o tempo', conto de publicação póstuma, Machado de Assis esboça um retrato de uma escrava liberta. Mônica fora mãe adotiva de sua senhora, Lulu, e a trata com carinho e desvelos que teria para verdadeira filha, chegando mesmo a sacrificar seu conforto e paz de espírito em favor da menina. Mas como é personagem secundária no conto, o autor não pode desenvolver sua personalidade como faz com Raimundo em *Iaiá Garcia*.

Entretanto, ao contrário do que afirmou Sayers, assim como Raimundo, em *Iaiá Garcia*, tia Mônica tem participação decisiva no desfecho do triângulo amoroso criado na narrativa (Lulu, Alexandre e Pedro), mesmo sem ser personagem principal:

> [...]
> – Tia Mônica, disse a moça [Lulu]; venho pedir-lhe um grande favor.
> – Um favor, nhanhã! Sua preta velha obedecerá ao que lhe mandar.
> – Quando meu primo sair daqui com o senhor Pedro você vai acompanhá-los.
> – Jesus! Para que?
> – Para ouvir o que eles dizem, e ver o que houver entre eles, e gritar por socorro se houver algum perigo.
> – Mas...
> – Por alma de minha mãe, suplicou Lulu.
> – Mas não sei...
> Lulu não ouviu o resto; correu à sala. Os dois rapazes, já de pé, faziam as suas despedidas ao padre e despediram-se dela até ao dia seguinte; este dia seguinte ecoou funebremente no espírito da moça.
> Tia Mônica vestira à pressa uma mantilha e desceu atrás dos dois rapazes. Ia resmungando, receosa do que fazia ou do que podia acontecer, nada compreendendo daquilo, e entretanto, cheia do desejo de obedecer à vontade de sinhá moça. (ASSIS, 1971, p. 22)

Possivelmente, por pertencer a categoria “escravo nobre”, tia Mônica é obrigada a fazer o que sua “sinhá” ordena por meio da chantagem, forma branda e diferente de outros modos de persuasão mais severos e usuais praticados por “outras” sinhás em outros contextos, especialmente com suas escravas, como bem esclarece Chiavenato (1980, p. 141-142):

> As sinhazinhas também tinham suas negras, onde mais acuradamente que os meninos praticavam seu sadismo, de acordo com as crônicas da época. As senhoras brasileiras, aliás, que revelaram uma crueldade fantástica mandando quebrar dentes, furar olhos, arrancar seios, assar vaginas de negras, tiveram o aprendizado desde o berço, massacrando os beliscões e mordidas suas negrinhas de brinquedo [...]

Até aqui se representou o negro na obra machadiana numa perspectiva da escrita sobre o negro – visão distanciada. A referida análise foi abordada com base em estudos de David Brookshaw, Roberto Schwarz, Raymundo Faoro, Eduardo de Assis Duarte, Raymond Sayers e Julio José Chiavenato que contribuíram com seus escritos e suas perspectivas críticas, tanto do aspecto literário quanto do contexto histórico, para se entender a produção literária do autor. Isso foi bastante significativo para a interação da forma de abordagem da escrita de representação do negro na obra de um escritor afrodescendente.

4.3 O negro como sujeito

Para Frantz Fanon “O negro quer ser branco”. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano”, isso porque, de acordo com o autor, o negro foi enquadrado num mundo de aberrações afetivas. Para o europeu, o negro só passa a existir após o processo de colonização. Tal processo serviu para, entre outras coisas, afirmar a superioridade da raça branca frente à negra. Daí o comportamento passivo do negro e a consequente aceitação de sua condição inferior. Entretanto, o escritor afirma que: “é um fato: alguns negros querem, custe o que custar, demonstrar aos brancos a riqueza do seu pensamento, a potência respeitável do seu espírito” (FANON, 2008, p. 27).

Contrapondo a literatura do negro como objeto, a literatura negra passa a existir por uma necessidade do negro de pontuar seu pensamento, de contar

sua história. Nela o negro assume o papel de sujeito. Para Lobo (1989, p. 91), esse posicionamento, define o surgimento da literatura negra no Brasil.

> Um dos aspectos primordiais que ao meu ver define a literatura negra, muito embora não seja um elemento norteador, em geral, dos estudos sobre o assunto, é o fato de a literatura negra do Brasil – ou afro-brasileira – ter surgido quando o negro passa de objeto a sujeito dessa literatura e cria a sua própria história; quando o negro visto geralmente de forma estereotipada, deixa de ser tema para autores brancos para criarem sua própria escritura no sentido de Derrida: a sua própria visão de mundo. Só pode ser considerada literatura negra, portanto, a escritura de africanos e seus descendentes que assumem ideologicamente a identidade de negros.

Para Zilá Bernd, a literatura negra é definida como aquela em que: "o demarcador de fronteiras é o surgimento de um sujeito de enunciação no discurso poético, revelador de um processo de conscientização de ser negro entre brancos" (BERND, 1988, p. 48).

Nessa perspectiva, surge uma literatura de identidade negra. No Brasil, Otavio Ianni (1988) aponta quatro vozes precursoras do discurso literário negro: Luís Gama (1830-1882), Cruz e Souza (1861-1898), Lima Barreto (1881-1922) e, até mesmo, o polêmico, no que se refere à sua assunção como negro, Machado de Assis (1839-1908). Ele acrescenta que alguns desses se revelam de forma patente, outros de maneira latente. Para Lobo (2007, p. 341):

> Contudo, o primeiro autor a assumir sua identidade racial foi, sem dúvida, o poeta Luís Gama, em "Bodarradas" – nome com o qual se popularizou o poema "Quem Sou eu?", publicado em *Primeiras trovas burlescas de Getulino* (1859). Empregando os mesmos recursos retóricos que Gregório de Matos, ele acentua os estereótipos sobre sua raça, para provocar uma experiência de choque. A coragem do autor ao se autoidentificar ironicamente por essas características ideológicas negativas provoca uma reversão de expectativa, transformado-as em positivas.

E, assim, muitas vezes a literatura negra se vale da paródia e da ironia para inverter e subverter um discurso que coisifica o negro.

> Eu bem sei que sou qual Grilo
> De maçante e mau estilo;
> E que os homens poderosos

desta arenga receosos,
hão de chamar-me tarelo,
bode, negro, Mongibe.

Porém eu, que não me abalo,
vou tangendo o meu badalo
com repique impertinente,
pondo a trote muita gente.
Se negro sou, se sou bode,
pouco importa. O que isto pode?

Bodes há de toda a casta,
pois que a espécie é muito vasta...
Há cinzentos, há rajados,
baios, pampas e malhados,
bodes negros, bodes brancos,
e, sejamos todos francos,
uns plebeus e outros nobres,

bodes ricos, bodes pobres,
bodes sábios, importantes,
e também alguns tratantes...
Aqui, nesta boa terra,
marram todos, tudo berra. (LOBO, 2007, p. 341-342)

Há, certamente, uma rica produção literária que contempla essa perspectiva, entretanto, pretende-se destacar a literatura negra na escrita de Machado de Assis. Para tanto, buscou-se a análise, quase que exclusiva, de textos do referido autor, especialmente de seus contos e, ainda, de um breve comentário acerca da escrita de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, romance publicado em 1881. Pretende-se demonstrar que a escrita negra está presente na obra machadiana por meio de seus posicionamentos críticos e do deslocamento do senso comum, perpetrada por ele no texto literário. Assim, Machado de Assis buscou, de forma peculiar – muitas vezes incompreendido pelos seus contemporâneos – refletir acerca do tema da escravidão e denunciar a ordem estabelecida em uma sociedade elitista.

Para Todorov a literatura não é “fenômeno isolado” e ainda “não pode ser separada da política, da religião, da moral. Como tudo na natureza, ela é, ao mesmo tempo, causa e efeito.” (TODOROV, 2009, p. 60). Por concordar com esta premissa e, como Duarte (2007), acreditar que é possível encontrar na obra machadiana um embate literário que denuncia o regime escravista de negros configurando-se, assim, numa literatura negra, é que se buscou aqui analisar a obra deste autor para tal constatação.

No conto Pai contra mãe, publicado no volume "Relíquias de Casa Velha" em 1906, Machado de Assis introduz a narrativa descrevendo as mais diversas formas de opressão sofridas pelos escravos negros. Não satisfeito em apenas descrever os objetos de tortura, ainda descreve a função de cada um e sua "utilidade social" (ASSIS, p. 179). Esses métodos correcionais serviam para punir os escravos fujões e tinham ainda o objetivo de garantir a "sobriedade e a honestidade" (ASSIS, p. 179), porque impediam o escravo de beber e de roubar:

> Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. [...]
> O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado. (ASSIS, p. 179)

A naturalidade com que o autor faz tais descrições, na abertura do conto, é justificada pelo reconhecimento da escravidão como instituição social regida pelas leis de uma sociedade escravista da época em que se passa a história, diferente do período em que o conto foi publicado. Isso fica claro no parágrafo, transcrito abaixo:

> Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando. (ASSIS, p. 180)

Nesse trecho, como em vários outros do conto, são notáveis as críticas ao sistema escravista. E embora esse sistema já faça parte do passado, percebe-

se, por parte do autor “o propósito de contribuir para o não apagamento da memória da escravidão” (DUARTE, 2007, p. 269). Em “[...] nem todos gostavam da escravidão” e “[...] nem todos gostavam de apanhar pancada” (ASSIS, p. 180) é clara a intenção do autor em ironizar com o fato de ser quase que impossível ter alguém que goste de escravidão ou de apanhar pancadas, salvo aquele que possui algum distúrbio mental. Mais a frente, a passagem “[...], além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói” (ASSIS, p. 181). Em outras palavras perder dinheiro dói. Era isso que o escravo representava: um bem material. Danificá-lo era prejuízo certo. Machado de Assis deixa claro que, se a punição não era mais severa, não era por compaixão e muito menos por questão de justiça, era porque os senhores perderiam dinheiro no negócio e isso doía mais do que maltratar o seu semelhante e privá-lo da liberdade.

Outra crítica deferida pelo autor diz respeito ao tráfico ilegal de escravos. A lei Eusébio de Queirós de 1850 proibia o tráfico de negros que era realizado no Oceano Atlântico em sentido ao Brasil, entretanto o tráfico continuava em total desrespeito a lei. Há um registro desse fato em “Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo” (ASSIS, p. 180), assim, Machado assinala, mais uma vez, por meio de sua escrita literária, uma transgressão cometida contra o escravo negro.

Aparece nesse excerto a figura de um “padrinho” que muitas vezes intervinha pelo negro fujão. Alguns estudiosos registram, em seus escritos, esta possibilidade:

> O paternalismo não se expressava usualmente na forma de laços de compadrio. Em vez disso, o padrão dominante parece ter sido a escolha de um homem branco que pudesse interceder junto ao proprietário em caso de dificuldades futuras. (SCHWARTZ, 1988, p. 67)

Porém, muitos historiadores são unânimes ao refutarem a tese paternalista por meio do apadrinhamento dos escravos por seus próprios senhores no século XVIII. Para Schwartz (ibidem, p. 331):

> O batismo, por representar igualdade, humanidade e libertação do pecado, simbolizava qualidades incompatíveis com a condição

> de escravo e apresentava uma contradição potencial que era resolvida não com a abolição da escravidão ou do batismo, mas com a manutenção em separado desses elementos conflitantes. O renascimento do cativo através do batismo não se dava por intermédio de seu próprio senhor. Outros escravos, livres ou proprietários de outros cativos, serviam-lhe de padrinho.

Stephen Gudeman e Stuart Schwartz não descartam:

> a possibilidade da existência de um paternalismo indireto do compadrio, por meio do apadrinhamento das crianças cativas por proprietários de outros escravos ou por pessoas de certa forma ligadas ao próprio senhor. (GUDEMAN; SCHWARTZ, op. cit., p. 44-45)

A figura do "padrinho" é registrada por Machado de Assis, no conto *Mariana,* de 1871, publicado no *Jornal das Famílias*, em plena campanha pela aprovação da Lei do Ventre Livre. Mais uma vez o autor destila sua crítica sagaz contra a escravidão. A narrativa apresenta uma negra, homônima do título, que, mesmo criada como "filha", considerada "quase senhora", tenta por duas vezes fugir do seu cativeiro: "– Escrava é verdade, mas escrava quase senhora. És tratada aqui como filha da casa" (ASSIS, p. 75). O sinhozinho, integrante da família, é o "padrinho" de Mariana. Entretanto, nesse conto o "padrinho" é paradoxalmente algoz: "– Creio que devemos fazer esforços para capturá-la, e uma vez restituída à casa, colocá-la na situação verdadeira do cativeiro" (ASSIS, p. 79) e protetor: "– Tranquiliza-te, Mariana, disse-lhe; eu intercederei por ti. Mamãe não te fará mal" (ASSIS, p. 80). Ele é o responsável pelo conflito existencial da escrava que culmina com a sua fuga definitiva: o suicídio.

> – Que é isto, Mariana? Perguntei assustado.
> – Nada, disse ela; eu queria matar-me depois d'amanhã. Nhonhô apressou a minha morte; nada mais.
> – Mariana! Exclamei eu aterrado.
> – Oh! Continuou ela com voz fraca; não lhe quero mal por isso; Nhonhô não tem culpa: a culpa é da natureza. (ASSIS, 1971, p. 87)

"Mariana", como já foi explicitado, é publicado em plena campanha pela aprovação da Lei do Ventre livre e como esclarece o historiador "praticamente não se trataria de outra coisa no parlamento ao longo de todo o ano de 1871" (CHALHOUB, 2003, p. 131-139). O autor explica a importância do conto para a

história política do país, visto que ele está situado “no centro do furacão político”. Duarte (ibidem, p. 265) analisa da seguinte forma a contribuição do historiador, na análise do referido conto:

> O historiador enfatiza as resistências dos escravocratas ao fim, mesmo que gradual, do regime e afirma ser este o grande debate daquele momento histórico [...]. Chalhoub ressalta a denúncia machadiana da “má consciência” dos senhores, bem como o posicionamento do autor, evidenciado na triste história de Mariana, contrário a soluções paliativas, “por dentro das relações instituídas entre senhores e escravos”. E acrescenta: “a mensagem inescapável do conto é a necessidade do poder público submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei.”

Mariana constitui-se, portanto, em mais um dos diversos escritos literários de Machado de Assis que comprovam sua inserção no rol de autores de escrita negra no Brasil. Defende-se, aqui, a ideia de que este autor possibilitou, por meio de sua produção literária, uma leitura crítica do tema sócio-histórico que marcou, por vários séculos, a relação de subordinação dos africanos e seus descendentes no Brasil.

5 A CRIANÇA NEGRA NA OBRA MACHADIANA

História das crianças no Brasil, livro organizado por Mary Del Priore, abre um dos seus capítulos com a história de Ullunga, uma criança angolana que teve seu destino modificado quando "caiu na rede do tráfico de escravos que se dirigia para o Atlântico" (DEL PRIORE, 2010, p. 177). O capítulo "Crianças escravas, crianças dos escravos", desse livro, apresenta dados estatísticos das crianças negras que foram traficadas para o Brasil no século XVIII. O capítulo se dedica, ainda, em esclarecer acerca do cotidiano dessas crianças cativas que viveram no Brasil no decorrer do século XVIII e início do século XIX. Os historiadores, que se dedicam a esse tema, encontram nos "inventários *post-mortem* dos proprietários falecidos" (DEL PRIORE, 2010, p. 178) a fonte mais substancial para escrita de seus textos.

Entretanto, o historiador que pretende escrever sobre o cotidiano da criança cativa no Brasil dispõe, também, da escrita ficcional. Alguns escritores da literatura brasileira expuseram esse cotidiano em suas obras literárias: romances, contos ou poesias. Machado de Assis é um desses ficcionistas que fez uso de sua produção literária e em contos como Mariana (1871), O caso da vara (1891), Pai contra mãe (1906), em poemas como Sabina (1875) e em romances como *Iaiá Garcia* (1876) e *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) retratou o cotidiano dessas crianças. Muitas vezes, usou da ironia, que lhe é peculiar, para denunciar os maus tratos a que eram submetidos esses "sobejos da morte" (DEL PRIORE, 2010, p. 178).

Machado de Assis denunciou os maus tratos que Lucrécia, "uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos" (ASSIS, 2008, p. 142) no conto O caso da vara; a morte prematura das crianças negras, como por exemplo, a da escrava Mariana, do conto homônimo ou a do embrião da negra cativa que protagoniza o conto Pai contra mãe (1906); o assédio sofrido por Elisa, "a mulatinha mais famosa daquelas dez léguas em redor" (ASSIS, 2008, p. 21), desde a infância, que culminou com estupro e morte dessa criatura, vítima das relações interétnicas, no conto Virginius (1864).

Não faltam exemplos de exploração do negro e, em especial, da criança negra na ficção machadiana. O tema foi também abordado, embora não centralize a narrativa, em *Iaiá Garcia* (1876) e em *Memórias póstumas de Brás*

Cubas (1881) por meio dos personagens Raimundo e Prudêncio, respectivamente.

5.1 Em *Iaiá Garcia*: aparente submissão

Iaiá Garcia é o quarto romance de Machado de Assis, publicado no ano de 1877, inicialmente em jornal e editado em volume no ano seguinte. O enredo, entretanto, passa-se entre os anos de 1866 e 1871. O tema central da história é nitidamente a família patriarcal e os seus jogos de manutenção do poder. Entretanto, o autor destitui a figura de um poderoso patriarca para apresentar ao leitor Valéria, a matriarca que assume a condição de núcleo desta instituição social. É ela quem cuidará para que sejam mantidos a fortuna e o prestígio familiar. Para tal propósito, ela dedica-se a encontrar o casamento perfeito para seu filho, enquanto este estudava em São Paulo.

Machado de Assis tem uma escrita peculiar. Por meio de suas narrativas, ele procura dissecar a sociedade, revelar intenções escondidas nos gestos e ações de suas personagens e, assim, ele vai construindo um enredo inteligentemente crítico que foge aos determinismos comuns de seus contemporâneos. É assim que ele descreve essa família patriarcal orquestrada por Valéria: desnudando a sociedade de seu tempo com todas as mazelas que a constituem, sem, porém, parecer concordar com ela.

Embora, o tema central do romance não seja a escravidão, tampouco a exploração da criança negra, a obra dá abertura para que esse debate seja realizado através do personagem Raimundo, um negro escravizado ainda na infância e que mantém, na fase adulta, uma relação irmana com seu senhor, Luís Garcia. Mesmo mantendo esse tipo de relação com seu dono e uma aparente submissão, Raimundo, talvez como uma forma de resistência, não permite que a cultura de seu povo se apague por complete. Muitas vezes, ao entoar cantigas de sua terra, volta às origens, revive sua história num passado distante.

Quando a narrativa se inicia, tinha por volta de cinquenta anos, “estatura mediana, forte, apesar de seus largos dias, um tipo de africano submisso e dedicado” (ASSIS, 1994, p. 14). Entretanto, Raimundo chegou ao Brasil ainda criança, foi comercializado, possivelmente no Valongo e acaba por tornar-se

escravo na fazenda do pai de Luís Garcia. Um fato rotineiro, muito comum na sociedade escravista, entretanto divulgado apenas nas entrelinhas das narrativas daquela época, como afirma Del Priore:

> É uma história trágico-marítima das crianças; uma história periférica e dificilmente relatada pelos adultos. Uma história contada sempre nas entrelinhas das narrativas de época [...]. Uma história de dor e de conflito entre o mundo adulto e o universo infantil... (PESTANA *apud* DEL PRIORE, 2010, p. 20)

Raimundo foi, quando criança, uma espécie de pajem de Luís Garcia. Entretanto, o relacionamento dos dois diferia das relações habituais ocorridas entre sinhozinhos e escravos, marcadas por tratamentos hostis e desumanos. Sobre esse dilema, Florentino (2005, p. 218-219) escreveu em seu *Tráfico, cativeiro e liberdade*:

> O adestramento da criança [negra] também se fazia pelo suplício. Não o espetaculoso, das punições exemplares (reservadas aos pais), mas o suplício do dia-a-dia de pequenas humilhações e grandes agravos. Houve crianças escravas que, sob as ordens de meninos livres, puseram-se de quatro e se fizeram de bestas. Debret não pintou esse quadro, mas não é difícil imaginar a criança negra arqueada pelo peso de um pequeno escravocrata.

O que o autor descreve está longe de significar a relação que se estabeleceu entre Raimundo e Luís Garcia. O primeiro era "nove anos mais velho que o segundo. Raimundo carregou Garcia ao colo e amava-o como se fora seu filho." (ASSIS, 1994, p. 14). Este, quando herdou Raimundo de seu pai "– não avultou mais o espólio, – deu-lhe logo carta de liberdade" (ibidem, p. 14). Mais à frente "as relações domésticas" os transformam em amigos, "quaisquer que fossem as diferenças civis e naturais entre os dois" (ibidem, p. 15). Raimundo, embora livre, recusava-se a deixar a companhia de seu senhor. A partir de então, "entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu" (ibidem, p. 14).

As características aparentemente marcantes de Raimundo são a submissão e a fidelidade. Entretanto, se o leitor debruça em uma leitura nas entrelinhas, imprescindível e necessária à interpretação da obra machadiana, verá que essas características não condizem com o comportamento real do

africano. Isso é compreensível na medida em que o personagem apresenta comportamentos antagônicos: num momento apresenta-se submisso, já em outro momento é autônomo, seguro em suas convicções. Para compreender esses dois aspectos da personalidade dele é importante enfatizar a necessidade de uma leitura mais atenta. Sabe-se, entretanto, que uma leitura interpretativa feita nestas condições, abre espaço para várias perspectivas de análises, inclusive paradoxais.

Para a professora Gizelda Melo do Nascimento, por exemplo, o negro na obra machadiana está "sem fala, sem discurso" (NASCIMENTO, 2002, p. 61). Já Sidney Chalhoub, historiador e estudioso de Machado de Assis, afirma que deve-se "traduzir essa obediência em conquistas ou espaços de autonomia" (CHALHOUB, 2003, p. 53). De fato, Raimundo conquista certa autonomia de sentimentos, de pensamentos e até de atitude ao mudar o destino da trama desobedecendo à uma ordem de *Iaiá Garcia*:

> Iaiá foi ter com Raimundo.
> – Entregaste?
> – Não entreguei, disse o preto.
> Iaiá ficou alguns instantes imóvel. Raimundo tirou a carta do bolso, e esteve com ela nas mãos, sem atrever-se a levantar os olhos; levantou-os enfim e disse resolutamente:
> – Raimundo não achou bonito que Iaiá escrevesse àquele homem, que não é seu pai nem seu noivo, e voltou para falar com nhanhã Estela. (ASSIS, 1994, p. 138)

Por que Raimundo desobedece à Iaiá? Qual sentimento prevalece: submissão ou fidelidade? Desobedecendo a Iaiá, Raimundo permanece fiel a Luís Garcia, pois está protegendo a filha de seu ex-proprietário, já falecido, evitando que ela incorra num mau passo que poderá causar sua infelicidade futura. A desobediência, nesse caso, representa fidelidade. Pode-se afirmar, também, que Raimundo permanece submisso, não a Iaiá, mas a Luís Garcia.

Percebe-se que em *Iaiá Garcia*, o negro, diferente do que afirma a professora Giselda, tem voz, tem autonomia. Para ela, as conversas com Luís Garcia provam que "embora tenha fala, Raimundo não possui um discurso para sustentar um diálogo de conteúdo significativo" (NASCIMENTO, 2002, p. 56) com seu dono. Diferentemente de um discurso sem "conteúdo significativo", o que se trava entre Raimundo e Iaiá é a exposição do pensamento de um negro

que, dentro do que lhe permite a sociedade escravista de sua época, contra argumenta e impõe sua opinião. Embora isso signifique desobedecer à uma ordem de sua senhora, o enredo prova que Raimundo cultivou o espaço de autonomia que lhe é possível a ponto de sair ileso da situação.

Não se pretende aqui afirmar que os negros machadianos dominem as cenas com suas falas, algo que jamais seria permitido na sociedade brasileira do século XIX. Entretanto, a representatividade do cativo, nos primeiros romances machadianos, mostra uma significativa evolução. Em *Ressurreição*, por exemplo, o negro é apenas um coadjuvante:

> – Onde está o senhor?
> – Senhor não fala a ninguém, respondeu o moleque com a mão na chave como se o convidasse a sair.
> – Há de falar comigo insistiu resolutamente Meneses.
> O tom decidido do rapaz, cujo espírito, acostumado a obediência, não sabia quase distingui-la do dever. (ASSIS, 2005, p. 119)

Em *Helena,* há o Vicente que, como já foi dito anteriormente, uma espécie de pajem da protagonista. Vicente é "um personagem de relevo na trama, por facilitar e acobertar os encontros da personagem com seu pai verdadeiro" (DUARTE, 2007, p. 16). Na trama:

> – condenado a viver da contemplação e da memória, a não beijar sequer a mão que o abençoava, limitado e distanciado pelos costumes, pelo respeito e pelos instintos, Vicente foi, não obstante, um fiel servidor de Helena, seu advogado convicto nos julgamentos da senzala. (ASSIS, 2013, p. 33-34)

Mesmo submisso primeiro a Luís Garcia, depois a Iaiá Garcia e, também, a Estela, fica claro que Raimundo conquistou certa autonomia. A submissão trouxe consigo a fidelidade e ambas talvez tenham suas bases no modo como conviveram, Raimundo e Luís Garcia até a separação ocasionada pela morte prematura do último. O assunto, entretanto, não se esgotará neste momento. Numa última análise, pretende-se entender as diferentes acepções de personalidade dos cativos que integram as narrativas que ora são analisadas. Antes, porém, se faz necessário ponderar sobre Prudêncio, negro cativo representado na narrativa de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

5.2 Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*: crueldade e revolta

Por ocasião da publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em 1881, Capistrano de Abreu – já citado anteriormente – fez a seguinte pergunta, na seção "Livros e letras", que mantinha na *Gazeta de Noticias*: "As Memórias póstumas de Brás Cubas serão um romance? Em todo caso, são mais algumas coisas" (MAGALHÃES, 2008, p. 19).

A dificuldade de entendimento acerca da obra machadiana não foi sentida apenas pelo crítico literário. Ela é estendida, também, ao público leitor de Machado de Assis. Sobre a recepção de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Piza (2006, p. 215-216) comenta:

> A recepção contrasta fortemente com a de outro romance lançado em 1881, *O mulato*, de Aluísio de Abreu, que foi assunto de mais de cem artigos nos jornais daquele ano. Azevedo era um seguidor da escola naturalista.

Hélio de Seixas ainda acrescenta:

> Helen Caldwell acredita que Machado de Assis ficou deprimido com a recepção de sua obra, dedução que a crítica norte-americana faz a partir da leitura de uma carta que Miguel de Novais escreveu ao cunhado. Nela, Novais responde a queixas do escritor sobre a falta de compreensão do público e procura incentivar Machado a não quebrar sua pena e perseverar. (GUIMARÃES, 2012, p. 175)

Muitos outros autores seguem com comentários parecidos ou iguais a esses acerca de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Entretanto, é perfeitamente normal esta reação, visto que se trata de uma obra inovadora, pois rompe com o formato do romance por meio da subversão de padrões do Romantismo. Logo no início da obra, por exemplo, essa ruptura é percebível através da dedicatória. Schwarz (2000, p. 17) faz o seguinte comentário a respeito dos "artifícios" que dominam o começo de *Memórias póstumas de Brás Cubas*:

> O tom é de abuso deliberado, a começar pelo contra-senso do título, já que os mortos não escrevem. A dedicatória saudosa "ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver",

> arranjada em forma de epitáfio, é outro desrespeito. Mesma coisa para a intimidade com que de entrada é provocado o leitor, caso não goste do livro: “pago-te com um piparote, e adeus”.

No capítulo XI, o leitor é apresentado a Brás Cubas quando criança. Nascido em uma família abastada, recebera desde cedo a qualificação de “menino diabo”. O próprio descreve algumas “traquinagens” cometidas por ele contra os escravos da casa:

> [...] um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce «por pirraça»; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia, – algumas vezes gemendo, – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – ai, nhonhô! – ao que eu retorquia: – «Cala a boca, besta!» (ASSIS, 2010, p. 34).

Nesse trecho, fica evidente a relação existente entre o menino Brás e o menino Prudêncio. O primeiro pertence à elite agrária, idolatrado e mimado pelo pai, razões que procuram justificar, pelo próprio autor defunto, o comportamento desumano que ele dá ao segundo. Este, por sua vez, devido à condição de cativo é tratado semelhante a um animal irracional ou objeto.

Uma vez que a sociedade brasileira do século XIX é sustentada pela escravidão, assuntos referentes a escravos são corriqueiramente discutidos, como em uma festa dada pelo pai do pseudo-autor que, ainda criança, ouve um sujeito dar notícia a outro sobre o tráfico de escravos.

O fato de Brás pertencer à elite agrária, somado à idolatria que seu pai nutria por ele, não deixam dúvidas de que a personagem não poderia ser diferente. Ademais, “o defunto autor parece ter que, por princípio, fazer observações pessimistas sobre a natureza humana — e sobre ele mesmo — regadas de ironia que divertem e deprimem” (BARREIRO, 2011, p. 4). Nesse sentido, o fato de Brás usar um negro como cavalo e/ou brinquedo, ao ponto de bater-lhe com uma vara, demonstra a semelhança de Prudêncio com um animal ou objeto, já que ambos são tratados da mesma forma.

Em outro momento da narrativa, Machado de Assis retira o escravo da condição animalesca e o coloca na condição de conselheiro do próprio Brás Cubas, procurando despertar neste um sentimento de gratidão. Possivelmente, por está abalado com a morte da mãe, Brás Cubas admite a possibilidade de Prudêncio está certo e resolve seguir seu conselho, como mostra os trechos seguintes do capítulo XXV:

> No sétimo dia, acabada a missa fúnebre, travei de uma espingarda, alguns livros, roupa, charutos, um moleque, – o Prudêncio do capítulo XI, – e fui meter-me numa velha casa de nossa propriedade.
> [...]
> e ia fechá-lo, quando o moleque Prudêncio me disse que uma pessoa do meu conhecimento se mudara na véspera para uma casa roxa, situada a duzentos passos da nossa.
> – Quem?
> – Nhonhô talvez não se lembre mais de D. Eusébia...
> – Lembra-me... É ela?
> – Ela e a filha. Vieram ontem de manhã.
> [...]
> – Nhonhô não vai visitar sinhá D. Eusébia? perguntou-me o Prudêncio. Foi ela quem vestiu o corpo da minha defunta senhora.
> Lembrei-me que a vira, entre outras senhoras, por ocasião da morte e do enterro; ignorava porém que ela houvesse prestado a minha mãe esse derradeiro obséquio. A ponderação do moleque era razoável; eu devia-lhe uma visita; determinei fazê-la imediatamente, e desci. (ASSIS, 2010, p. 61-63)

Entretanto, embora a relação, agora, seja mais branda, menos violenta, ela não muda o *status* de cada um na sociedade escravista da época. Prudêncio continua submisso ao seu senhor, sempre pronto a defender ou ajudar seu dono.

Com a morte do pai de Brás, começa o processo da partilha dos bens, entre ele e a irmã, Sabina, casada com Cotrim. Na discussão a descoberta: Prudêncio é forro, portanto não constitui um bem para ser dividido:

> – Ora, mano, deixe-se dessas coisas, disse Sabina, erguendo-se do sofá; podemos arranjar tudo em boa amizade, e com lisura. Por exemplo, Cotrim não aceita os pretos, quer só o boleiro de papai e o Paulo...
> – O boleiro não, acudi eu; fico com a sege e não hei de ir comprar outro.
> – Bem; fico com o Paulo e o Prudêncio.

> – O Prudêncio está livre.
> – Livre?
> – Há dois anos.
> – Livre? Como seu pai arranjava estas coisas cá por casa, sem dar parte a ninguém! Está direito. Quanto à prata... creio que não libertou a prata? (ASSIS, 2010, p. 83-84)

Os escravos representavam um bem material imobilizado. Um escravo que se perdesse do seu dono, por qualquer que fosse o motivo, significava perda monetária. Isso explica a ironia de Cotrim marcada na passagem: "Quanto à prata... creio que não libertou a prata?" (ibidem, p. 84). Aqui, equipara o escravo a uma mercadoria, no caso a prataria do seu sogro. É clara sua irritação com relação ao fato do pai de Brás ter libertado Prudêncio antes de morrer, significando, assim, prejuízo para ele, mesmo que indiretamente, pois sua esposa não o herdaria. Outro fato interessante nessa passagem, é perceber que Prudêncio está livre há dois anos, mas permaneceu escravo do seu senhor enquanto esse viveu. Parece que as amarras que prendiam Prudêncio só se desfizeram com a morte do pai de Brás. Nesse ponto, ele assemelha-se a Raimundo, do romance *Iaiá Garcia*, como esclarece Chalhoub (2003, p. 51):

> Além disso, conforme o exemplo notável do africano Raimundo em *Iaiá Garcia*, a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus proprietários.

A crueldade a que foi submetido ainda criança, deixaram marcas profundas em Prudêncio, embora tenha se tornado um comerciante e dono de escravo, uma situação rara, visto que escravo custava caro. Seja como fosse, o que prevaleceu foi o sentimento de dominação branca e a subserviência negra que este vivenciou quando era cativo e a besta do filho do senhor. A comprovação disso se dá quando Brás Cubas, seu antigo carrasco, o encontra, mais tarde, destinando o mesmo tratamento a um escravo seu:

> – Toma, diabo! dizia ele; toma mais perdão, bêbado!
> – Meu senhor! gemia o outro.
> – Cala a boca, besta! replicava o vergalho.

> Parei, olhei... Justos céus! Quem havia de ser o do vergalho? Nada menos que o meu moleque Prudêncio, – o que meu pai libertara alguns anos antes. (ASSIS, 2010, p. 109-110)

Ser um senhor proprietário de escravo significava, para Prudêncio, além da ascensão social, a oportunidade de se livrar das feridas, ainda não cicatrizadas, do passado. Brás Cubas precisou apenas reviver o passado para encontrar em seu íntimo explicações para a cena "torva" que ele presenciou no Valongo:

> Exteriormente, era torvo o episódio do Valongo; mas só exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino, e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. (ASSIS, 2010, p. 110)

Prudêncio não tem consciência de que o fato dele ter alguém para espancar e achincalhar não resolvia o problema do condicionamento social encravado em seu ser; que de nada adiantaria devolver toda humilhação que recebera em sua infância, pois a condição de subalterno sempre estaria em alerta, preponderante e pronta para ser real sempre que possível. É o que ocorre em seguida, após Brás Cubas determinar-lhe que deixasse em paz o "infeliz" escravo. Prudêncio, prontamente, obedece e se faz real, uma vez mais, à sua condição de servidão; Paradoxalmente, sai da condição de "dono superior" e torna-se "cativo" de Brás Cubas:

> – Fez-te alguma coisa?
> – É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade...
> – Está bom, perdoa-lhe, disse eu.
> – Pois não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede. Entra pra casa, bêbado. (ASSIS, 2010, p. 110)

A passagem se encerra com um último comentário de Brás Cubas a respeito da atitude de Prudêncio de vergalhar o escravo. Depois de uma

digressão, ele conclui dizendo ao leitor: “veja as sutilezas do maroto” (ASSIS, 2010, p. 110). Com esse raciocínio Brás Cubas deixa claro que as atitudes de Prudêncio, naquele momento, eram essenciais para que o mesmo deixasse de ser a “besta” do passado e se tornasse gente no presente.

O narrador sabe que isso não seria possível e que Prudêncio, depois de anos de servidão, continuando a viver em uma sociedade escravista, não perderia o condicionamento social que lhe foi impingido. Prudêncio, com essa atitude, pôde alcançar apenas uma pequena sensação de vingança, de “alma lavada”, depois que reproduziu em outro todos os sofrimentos que recebeu quando da sua condição de cativo, seja na infância, adolescência ou fase adulta.

Nas duas obras analisadas encontram-se dois homens negros: Raimundo e Prudêncio. Estes viveram a condição de escravo desde a infância à fase adulta. Tornaram-se libertos e, ambos, continuaram servindo seus “antigos senhores” até a morte dos mesmos. No caso do primeiro, a morte de Garcia e, no caso do segundo, a morte do pai de Brás Cubas. Entretanto, o ponto máximo de diferenciação destes dois cativos está no tipo de relação vivenciada entre os dois escravos e seus senhores: o primeiro, tem com seu segundo e legítimo dono, Garcia, uma relação harmoniosa, afetuosa, irmana. Já o outro, tem com seu “nhonhô”, filho de seu senhor, uma relação à base de muita violência e humilhação.

O que se pretende a seguir é buscar nessas relações pré-estabelecidas entre senhor e escravo explicações para as diferentes acepções de personalidades formadas em ambos os cativos Raimundo, *de Iaiá Garcia*, e Prudêncio, de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, duas obras de Machado de Assis.

5.3 Perspectivas comportamentais de Raimundo e Prudêncio

Este texto não pretende aprofundar estudos acerca do tema personalidade e muito menos levantar conjecturas que possam melhor esclarecê-lo. Entretanto, faz-se necessária a exposição de alguns conceitos que possam esclarecer melhor o significado de personalidade e de caráter. Embora sejam conceitos bastante superficiais, trarão maior clareza no instante de leitura

e interpretação desta produção como um todo, pois a finalidade do mesmo é explicar as acepções de personalidade em dois cativos negros – Raimundo e Prudêncio – em duas obras literárias diversas de Machado de Assis. Pretende-se, assim, diferenciar o caráter de ambas as personagens para com tal ferramenta poder melhor entender as "máscaras" usadas por cada uma delas no transcorrer dos estados de submissão e falsa libertação que cada uma vivenciou.

O termo caráter origina-se do grego e significa gravar. Definido usualmente como marca ou sinal convencional. Resumidamente, o caráter pode ser explicado como sendo: índole, temperamento e feitio moral. O caráter confunde-se com personalidade quando analisado como conjunto de traços psicológicos, modo de ser, sentir e agir de um indivíduo. Ele é um sinal visível da natureza interior de uma pessoa.

Personalidade é um termo que deriva da palavra latina *persona*, usada para identificar as "máscaras" utilizadas pelos atores teatrais na antiga Grécia. Futuramente, passou a designar a máscara que o indivíduo usa pra ver o mundo. Ela existe em função de um meio no qual procura adaptar-se e, concebida a um ser vivo, sofre um processo de desenvolvimento. Sob essa óptica, cada ser tem sua história pessoal e esta é concebida como base a ser estudada quando se procura explicar a personalidade de um indivíduo. O indivíduo é uma combinação de vários estilos de personalidade, assim ele ora pode se apresentar tímido em dado momento, já em outro, altamente extrovertido; em um momento pode ser agressivo e em outro passivo, irá depender de como ele quer ser visto pelo mundo em um dado momento.

Wagner Siqueira Bernardes, em sua tese de doutorado: *A concepção Freudiana do Caráter*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que Freud aponta como elementos criadores do caráter:

> 1- a incorporação da instância parental anterior na qualidade de supereu;
> 2- as identificações com ambos os progenitores numa época posterior, bem como com outras pessoas influentes; além disso, semelhantes identificações ocorridas como precipitados de vínculos de objetos abandonados;

> 3- as formações reativas que o eu adquire, em primeiro lugar, através de seus recalcamentos e depois, por meios mais normais, quando rechaça moções pulsionais indesejáveis. (BERNADES, 2005, p. 41)

Tais premissas são extremamente importantes para esse texto, pois é com base nessas elucidações, mais precisamente no terceiro elemento, que se pretende comparar as personalidades dos indivíduos em análise. Entretanto, percebe-se que definir caráter por meio da obra freudiana é uma missão quase que impossível. Como o interesse do texto não é estudar a formação do caráter do indivíduo a partir da obra freudiana, acredita-se ser possível investigar e comparar as acepções de personalidade de *Raimundo* e *Prudêncio*.

Antes, entretanto, se faz necessário conhecer alguns conceitos fundamentais para compreensão desse princípio. Por exemplo, ao se referir a *recalcamentos*, remete-se a possibilidade de o indivíduo ter seu caráter construído a partir da *repressão* de um sentimento ou emoção vivenciada. Para a psicanálise, o *recalcamento* é um mecanismo de defesa do ego, onde um determinado elemento psíquico é mantido fora da consciência.

Uma observação é importante fazer: na medida em que este trabalho propõe analisar as *acepções de personalidade da criança negra* na obra machadiana, adotou-se aqui o conceito de personalidade que se equipara com o de caráter quando analisado como um conjunto de traços psicológicos.

Posto isso, volta-se a inferir sobre os conceitos essenciais para compreensão do princípio em questão. Assim, outro conceito fundamental a ser analisado é o da expressão *moções pulsionais*. Para a psicologia, pulsão equivale a um *impulso interno que direciona o comportamento do indivíduo.* Se o comportamento é pulsional ele é gerado por forças internas, inconscientes, alheias ao processo decisional.

Esclarecidos os devidos conceitos, buscar-se-á agora, analogicamente, entender a construção da personalidade e/ou caráter dos personagens. Luiz Alberto, acerca da construção do personagem, enfatiza:

> Na criação do seu herói, o autor identificado a ele goza do prazer quase divino de dar rumo, tanto de forma consciente quanto inconsciente, ao percurso que constrói para o personagem. E é também através da possibilidade de identificação com o personagem que o leitor irá prazerosamente, por vezes pelo

> sofrimento, libertar-se do mundo que o cerca e deixar fluir a imaginação, vivendo de forma intensa e protegida as mesmas paixões e agruras do herói. Maior literato será aquele que mais conseguir tocar a sensibilidade do leitor, fazendo-o oscilar entre a ilusão do erótico ao hostil, levando-o pelo prazer das palavras ao prazer/desprazer do absurdo e a ilusão da libertação. (FREITAS, 2001, p. 39)

De acordo com Luiz Aberto, ao criar Raimundo e Prudêncio, Machado de Assis, de forma consciente ou inconsciente, buscou essa "identificação" no sentido de ditar os rumos que os mesmos tomariam na narrativa. E, de acordo com Freud, este não será um prazer apenas do autor, será também do leitor:

> No exercício de uma arte vê-se mais uma vez uma atividade destinada a apaziguar desejos não gratificados – em primeiro lugar, do próprio artista e, subsequentemente, de sua assistência ou espectadores. (FREUD *apud* FREITAS, 2001, p. 39)

Raimundo e Prudêncio são dois negros cativos, que vivenciaram relações diferenciadas com seus senhores. O primeiro via em seu dono um filho, um irmão que precisava de proteção e dedicação, assim, seu convívio, desde criança com Garcia é irmano. O segundo, paradoxalmente, recebia do seu senhor, longe de palavras amáveis e gestos afáveis, brutalidades e humilhações de todo tipo, como o primeiro, também, desde a infância. Veja-se o seguinte: toda ação tem uma reação, isso é pulsional. Se o indivíduo recebe respeito ele vai respeitar; se ele recebe "pancada" ele vai querer bater. Se ele não bater por algum motivo, ele vai amordaçar essa vontade e, em certo momento, vai expeli-la.

Como já foi dito, o caráter/personalidade do indivíduo é formado com base nas suas vivências. Prudêncio passou uma vida recalcando sua dor, a humilhação de ser tratado como bicho, uma "besta", numa sociedade que naturalmente o via assim, então, natural é também que ele apreenda que a única forma de expelir toda uma vida de opressão seria reproduzir o contexto de sua infância, só que desta vez, sentindo o gosto de estar, mesmo que falsamente, do outro lado. Já o Raimundo, que teve experiências de vida mais amenas, embora na condição de cativo, expressa por meio da subserviência ao seu dono, depois à filha, toda a sua gratidão por ser tratado "quase" que como

da família. Tanto é assim, que ele investe-se do direito de intervir na vida e no destino de sua senhora para a felicidade desta.

São indivíduos que sustentam personalidades paradoxais, entretanto, ambos apresentam em comum a petrificação da condição de escravo, na medida em que continuam submissos aos seus donos, mesmo vivenciando a condição de libertos. Mas essa não é a única semelhança entre os dois. Eles vivenciam, embora de forma diferente, certa autonomia em relação a seus donos. Raimundo é apenas superficialmente fiel, pois faz o que acha que é certo, independentemente do que seu senhor quer. Quando se nega a entregar o bilhete de Iaiá Garcia fica claro que o africano não tem receios de desobedecer a sua senhora.

Ao fazer isso, Raimundo pensa na felicidade da moça. Desafia-a, na medida em que segue unicamente sua vontade, seu pensamento. Entretanto, percebem-se dois momentos distintos na fala de Raimundo. Um autônomo: “Não entreguei, disse o preto” (ASSIS, 1994, p. 138) e outro que se pode entender como uma volta imediata à condição de subalternidade: “Raimundo não achou bonito que Iaiá escrevesse àquele homem” (ASSIS, 1994, p. 138). Observa-se, no primeiro momento, que Raimundo se expressa usando a primeira pessoa, já no segundo momento volta a usar, como de costume, a terceira pessoa. Isso significa uma vontade de ser ouvido e respeitado, fora do convencional, ser obedecido por sua senhora. Mas, quase que imediatamente, há a retratação do delito de desafiá-la, usando as costumeiras formas de expressão que denotam a ausência total do ser.

Já Prudêncio tem seu momento de autonomia quando aconselha seu senhor a ser grato com D. Eusébia. É interessante ressaltar que o “menino diabo” já não era mais um menino e estava abalado com a morte de sua mãe. Mas, é fato que Raimundo, nesse episódio mostra-se mais racional que Brás Cubas, embora continue submisso e fiel a seu dono.

Essa petrificação da personalidade servil é prerrogativa tanto de Raimundo quanto de Prudêncio. Mesmo depois de libertar-se da família que o oprimiu e tornar-se “senhor de escravos”, este último continua subserviente e isso fica claro em suas próprias palavras: “– Pois, não, nhonhô. Nhonhô manda, não pede” (ASSIS, 2010, p. 110). Nada adiantou o esforço para tornar-se escravocrata e, desta forma, se igualar ao seu senhor; nada adiantou vergalhar

seu semelhante, exorcizando toda a sua fúria recalcada em seu ser. O que ele consegue? Impossível de se afirmar. Entretanto, o que fica claro é que Prudêncio, como tantos outros pares seus, buscaram, cada um do seu modo, um meio para repelir, mesmo que minimamente, as marcas deixadas pela escravidão do homem pelo homem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais razões que motivaram a elaboração deste trabalho foi, certamente, a abertura para várias possibilidades de uma releitura da obra machadiana, após recentes publicações acerca do tema que centraliza esta escrita. Durante pesquisas feitas para a elaboração deste trabalho, percebeu-se que, embora recente, a temática em questão já foi vastamente trabalhada por vários estudiosos da obra machadiana. Porém, havia ainda uma vertente que não havia sido contemplada nesses estudos: a perspectiva do negro na fase primeira da vida. Se alguma produção acerca desse tema específico existe, não foi encontrado pela pesquisadora.

Assim, surge o interesse de buscar o negro cativo, especificamente ainda criança, na obra machadiana. Várias releituras da obra do autor foram necessárias, porém não foi difícil localizar esse tipo de personagem em sua vasta produção literária. O percurso se deu por entre os contos, romances e crônicas e, embora não centralizasse a narrativa, encontrava-se aqui e ali a representação do negro nas fases infantil e adolescente, especialmente em contos e romances.

A contribuição da história no que se refere à aquisição da criança negra, seu tráfico e comercialização, também foi bastante significativa. Com ressalvas para a questão dos documentos comprobatórios de tais registros, muitas vezes escassos ou quase inexistentes.

Constatou-se, no confronto entre o registro da História e a produção literária de Machado de Assis, que a obra machadiana não camuflou a realidade do negro na sociedade escravocrata de seu tempo. Mesmo em contos ou romances ditos da fase romântica do autor, a figura do negro aparece dentro do contexto social que lhe foi impingido, ou seja, quase sempre ignorado ou vítima da violência física e moral deflagrada pelo branco colonizador.

A caracterização dada aos personagens analisados neste texto é encontrada também nos livros de história e nas fontes históricas da época. Isso prova que Machado de Assis se apropriou da escrita artística para denunciar a forma como várias crianças negras eram tratadas naquele tempo. Mais uma vez o autor coloca-se a serviço da causa negra.

Machado de Assis “põe em cena a escravidão no que ela tem de mais escabroso: primeiro, os instrumentos da violência; em seguida, as vítimas do processo” (DUARTE, 2007). Dessa forma, não se pode negar que o autor foi omisso à causa. O máximo que se pode afirmar é que ele o fez de forma “caramuja”, bem à moda de sua personalidade. Entretanto, ideologicamente correto.

Dessa forma, ou seja, nas entrelinhas, especulando o que Machado de Assis escreveu, é que o presente estudo analisa Raimundo e Prudêncio, personagens negras dos romances: *Iaiá Garcia* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*, respectivamente. Ambos escravizados desde a infância e com experiências de vidas diferentes. Entender o comportamento dos dois, após serem alforriados, relacionando às experiências de crianças cativas foi um dos objetivos deste trabalho. Buscou-se mostrar as diferenças e semelhanças na formação das personalidades adquiridas por ambos e de como o relacionamento senhor e escravo contribuiu de forma decisiva para isso.

É claro que, em se tratando de uma análise da produção literária machadiana, abriu-se, nesta interpretação, um espaço para que o suposto leitor deste texto, possa também fazer suas conjecturas e possa, quem sabe, criar novas interpretações, indagações que, possivelmente, passaram despercebidas nesta leitura. Não há pretensão de se pôr um ponto final na análise dessas personagens, assim haverá sempre a possibilidade de uma releitura.

Assim, conclui-se que o objetivo de analisar as acepções de personalidade de duas crianças cativas foi alcançado, embora ainda não satisfazendo à própria autora.

REFERÊNCIAS

ACHCAR, Francisco. **Introdução a Machado de Assis**. In: ASSIS, Machado de. Contos. Editora Sol. 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **A mão e a luva**. São Paulo: Globo, 1997. (Obras completas de Machado de Assis).

_____. **Dom Casmurro**. São Paulo: DCL, 2011. (Coleção Grandes Nomes da Literatura).

_____. **Helena**. São Paulo: Martin Claret, 2013. (Coleção obra-prima de cada autor; 103).

_____. **Iaiá Garcia**. São Paulo: Ática, 1994. (Série Bom Livro).

_____. **Memorial de Aires**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009. (Coleção L&PM POCKET, vol. 154).

_____. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Martin Claret, 2010. (Coleção obra-prima de cada autor; 18).

_____. **Ressurreição**. São Paulo: Martin Claret, 2005. (Coleção obra-prima de cada autor).

_____. **Histórias sem data**. São Paulo: Ática, 1998. (Série Bom Livro).

_____. **Obra completa.** Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1971, 3 vols.

_____. **Encher o tempo**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/machadodeassis/>. Acesso em: 15 maio 2013.

BARRETO FILHO. **Introdução a Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERNARDES, Wagner Siqueira. **A concepção freudiana do caráter**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Tese de Doutorado em Psicologia).

BERNARDO, Gustavo; MICHAEL, Joachim; SCHÄFFAUER, Markus (Org.). **Machado de Assis e a escravidão**. São Paulo: Annablume, 2010.

BRASIL, Lei do Ventre livre, 1871.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1983. (Séries Novas Perspectivas; 7).

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAVES, Maria Elizabeth de Mello. **Silvio Romero vs. Machado de Assis**: crítica literária. Rio de Janeiro, 2007.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**: da senzala à guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afrodescendente**: escritos de caramujo. 2. ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis**: a pirâmide e o trapézio. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FLORENTINO, Manollo (Org.). **Tráfico, cativeiro e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; CARVALHO, Carla Maria de Almeida; JUCÁ, Antônio Carlos de Sampaio. **Conquistadores e negociantes**: história das elites no antigo regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **Freud e Machado de Assis**: uma interserção entre psicanálise e literatura. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

FURQUIM, Lúcia. **Viagem pelo Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

GANDAVO, Pero de Magalhães, **Tratado da terra do Brasil.** VirtualBook, 2000, 70Kbs.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Romero, Araripe, Veríssimo e a recepção crítica do romance machadiano. **Estudos Avançados**, v. 51, nº 18, 2012.

_____. **Os leitores de Machado de Assis**: o romance machadiano e o público de literatura no século XIX. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

IANNI, Octávio. **Literatura e consciência**. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Edição Comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura. São Paulo, nº 28, 1988.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOBO, Luiza. **"A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis"**. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº 16, 1989, p. 91.

_____. **Crítica sem juízo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MAGALHÃES Júnior, R. **Vida e obra de Machado de Assis**: maturidade. Rio de Janeiro: Record, 2008. (vol. 3).

_____. **Machado de Assis desconhecido**. São Paulo, SP: LISA, 1971.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 206.

MEYER, Augusto. **Machado de Assis**, 1935-1958. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio/ABL, 2008.

MONTELLO, Josué. **Os inimigos de Machado de Assis**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1998.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **A criança escrava na literatura de viagem**. Cadernos de pesquisa: Fundação Carlos Chagas, 1979.

NABUCO, Joaquim, **A escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NASCIMENTO, Gizelda Melo do. Três momentos negros. **Terra roxa e outras terras**, Londrina, v. 2, 2002.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis.** 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

PIZA, Daniel. **Machado de Assis**: um gênio brasileiro. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

REIS, José João. **A resistência negra no Brasil oitocentista**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier. 3 vols.

_____. **Machado de Assis**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

SANTIAGO, Silviano. **"Retorica da verossimilhanca"**. In: **Uma literatura nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 27-46.

SAYERS, Raymond S. **O negro na literatura brasileira**. Tradução de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1958, 397-398.

SCARANO, J. **A criança esquecida das Minas Gerais**. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo:** Machado de Assis. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

SILVA, Stefani. Literatura afro-brasileira: uma identidade em questão. **Revista Iluminart do IFSP**, vol. 1, n. 4, Sertãozinho, abril, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro, 2009.

TRÍPOLI, Mailde Jerônimo, **Imagens, máscaras e mitos**: o negro na obra de Machado de Assis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERISSIMO, José. **História da literatura brasileira:** de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1909). 4. ed. Brasília: UnB, 1963 (Biblioteca Básica Brasileira).